
088ª SESSÃO ORDINÁRIA 25SET2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Anchieta – Acomba, que tratará de assunto relativo à reforma da casa de bombas nº 06, da limpeza do valão, da galeria, da desobstrução do encanamento e da restauração do calçamento das ruas e avenidas do bairro. O Sr. Lotar Adalberto Markus, Presidente da Acomba, está com a palavra pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. LOTAR ADALBERTO MARKUS: Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ver. Cassio Trogildo, representado neste ato pelo Ver. Cláudio Janta; Vereadores e Vereadoras, e demais presenças na Sessão. Queremos externar nosso sincero agradecimento ao Sr. Leonardo Ribeiro César, assessor do Ver. Márcio Bins Ely, que sugeriu o espaço da Tribuna Popular, e ao Sr. Eduíno de Mattos, pela montagem das fotografias também.

O assunto a ser tratado, conforme já foi frisado, é a reforma da casa de bombas 6, limpeza do valão, da galeria, desobstrução do encanamento e restauração do calçamento das ruas e avenidas do bairro.

(Procede-se à projeção de imagens.)

O SR. LOTAR ADALBERTO MARKUS: Estão sendo projetadas as fotos que foram feitas, onde aparece a casa de bombas 6, depois, aparecem as fotos das enchentes. Ocorreram diversas enchentes no bairro Anchieta, mas a principal foi em outubro de 2016, como mostram as fotos. E, depois, também do problema que ocorreu nas ruas em função dos alagamentos, que soltou o asfalto, por causa dos buracos. A irregularidade

dos calçamentos originais de paralelepípedos que foram nivelados com asfalto, que se soltou e aí provocou esses buracos, que criaram uma dificuldade grande no trânsito, e também vai soltando farelos, digamos, do asfalto e acaba entupindo já a precária rede de esgoto pluvial.

A casa de bombas 6, conforme aparece na foto, fica situada ao lado da BR 116, defronte à *freeway* no sentido Interior-Capital. Por que precisamos a urgente reforma da casa de bombas 6? Ela é composta por quatro bombas, de 1 a 4, sendo que, no momento, estão funcionando apenas a 1 e a 2. Observamos que a casa de bombas 1 foi comprada, com dispensa de licitação, no final de 2015, devido aos grandes alagamentos no bairro Anchieta no período de 20 a 24 de julho e 14 a 19 de outubro de 2015. Ela demorou bastante para ser instalada e não operou por muito tempo, porque, no temporal de 14 de outubro de 2014, o granizo furou o telhado da casa de bombas, o qual, até o momento, não foi consertado, e pingou água no painel, estragando o inversor de frequência do motor. Diversos contatos foram feitos e reuniões com o DEP; na última reunião que fizemos com o DEP, em 29 de março de 2017, a então Diretora, Engenheira Daniela Benfica, informou que o DEP não possuía contrato de manutenção para conserto e que faria contato com o DMAE, que tinha contrato de manutenção com a empresa para fazer o conserto. O DMAE transferiu equipamento para a empresa AC Automações e Controles Industriais Ltda, que fez o conserto da peça, cujo valor, com a instalação, somava R\$ 5.325,00. Por ocasião dos alagamentos do início de julho de 2017, a bomba não estava operando, o DMAE alegou que não podia efetuar o pagamento do conserto, tendo a Acomba pago o referido valor, através de termo de doação de serviços de 6 de junho de 2017, de R\$ 5.320,00, cujo valor foi arrecado por doação de moradores e empresários mobilizados pela Acomba e Adaba.

A bomba 2 ainda está operando, porém com a tubulação de saída furada, o que provocava o retorno da água bombeada, foi efetuada outra mobilização e contratada a empresa de Antonio Carlos Kerber Pinho Eireli, que fez um serviço de recuperação de tubulação da bomba 2, conforme termo de doação de serviços, de 17 de agosto de 2017, no valor de R\$ 10 mil.

A bomba 3 não está operando há bastante tempo, e a bomba 4 foi retirada para conserto em fins de 2015; retornou do conserto e está depositada ao lado da casa de bombas há mais de um ano, e não foi instalada, sob a alegação de que houve fraude no conserto. E

deve continuar no local para servir de elemento de prova para o processo judicial que está em andamento. Com relação à bomba 4, informamos que mantivemos audiência dia 25 de julho de 2017 com o Promotor Dr. Cláudio Ari Pinheiro de Mello, da Promotoria de Justiça da Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, referente ao inquérito civil aberto desde 2014, que trata os alagamentos do bairro Anchieta. Além dos representantes da Acomba, também estiveram presentes o Procurador do Município Dr. Ricardo Timm e do engenheiro Michelangelo, do DEP. Onerando sobre a não instalação da bomba 4, o Procurador do Município alegou que não colocou objeção, ficando a Promotoria, e convocado o Secretário da Secretaria de Serviços Urbanos, o Sr. Ramiro Rosário para tratar do assunto, porém ainda não recebemos retorno até o momento.

Segundo item. Limpeza do valão da galeria e desobstrução do encanamento do DEP. Precisa ser feita a dragagem do valão, que está assoreado com a retirada da remoção do lodo e outros entulhos. A galeria que começa na estação Aeroporto/Trensurb vai até um pouco depois da via de acesso à *freeway* e precisa ser inspecionada e limpa onde estiver obstruída. O encanamento obstruído necessita do hidrojateamento com limpeza das bocas de lobo e dos poços de visita. Também precisa ser feita a recolocação das tampas quebradas conforme pode-se verificar pelas fotos projetadas. Retirada do asfalto e restauração do calçamento de paralelepípedo. Verifica-se pelas fotos expostas que o trânsito de caminhões e ônibus em dias de alagamentos provoca a formação de bacias e buracos, e o farelo do asfalto acaba penetrando nas bocas de lobo e obstruindo o encanamento. Foi implantado um passeio com ônibus de turismo para visitas ao pólo cervejeiro, porém o mesmo foi suspenso por causa da difícil circulação do mesmo, devido a enorme quantidade de buracos. Conforme pode-se ver pelas fotografias, o problema lá é que uma coisa decorre da outra. A falta de funcionamento adequado da casa de bombas acaba provocando o alagamento e, conseqüentemente, causa os demais transtornos. Isso já há muito tempo. Observamos que no dia 12 de setembro, a SMOV começou a fazer intervenções lá, tapando buracos e também raspando algum asfalto. Não se sabe se realmente vão manter o asfalto. A nossa grande demanda seria no sentido de raspar o asfalto e restaurar o calçamento de paralelepípedo, o que seria até melhor em termos de aparência e tudo, porque hoje como está é muito feio.

Observamos que o projeto referente ao arroio Areia – parece que R\$ 140 milhões foram aprovados pela Câmara de Vereadores – não interfere no bairro Anchieta. Também me

lembro do tempo em que o meu amigo Ver. Ferronato foi Diretor do DEP e fez muitos projetos para buscar recursos, e, na plenária do Orçamento, em 2013, o então Prefeito José Fortunati afirmou que tinham R\$ 237 milhões em Brasília, só que, no momento, seria para reforma das casas de bombas, para a compra de geradores, e este dinheiro, infelizmente não veio ainda.

Gostaríamos que os Srs. Vereadores fizessem contato e mobilizassem o Executivo no sentido de trazer recursos. O bairro Anchieta gera muitos impostos, como IPTU, ICMS e outros, de empresas, pois é um polo industrial. Nós, realmente, há alguns anos, estamos passando por muitos problemas em função dos alagamentos que são provocados pelo funcionamento inadequado da casa de bombas 6.

Há pouco tempo, estivemos na casa de bombas, o assessor do Vereador, o Leonardo e eu, e ele se apavorou com o estado em que está por dentro; o telhado também continua furado, passados dois anos. Faz um ano e pouco que estivemos lá com o Ver. Adeli Sell, que também manifestou apoio à nossa demanda, e podemos afirmar que até agora não mudou nada. Tudo continua no mesmo estado. Então, realmente, é urgente que sejam colocados recursos à disposição para, em primeiro lugar, a reforma da casa de bombas, a limpeza do valão, que está destruído também, da galeria, e depois, conseqüentemente, a desobstrução da rede e, principalmente, sejam colocados os tampões nas bocas de lobo e nos postos de visita. Tem umas fotos aí, de uns buracos ao longo da Av. dos Estados, inclusive bastante perigosos. Tem um posto de visita perto da parada de ônibus, na Av. Torquato Severo, onde é muito perigoso o pedestre se dirigir para pegar o ônibus e estar sujeito a cair dentro do buraco. Notam-se também nas esquinas, talvez nos dias de chuva, os caminhões vão atalhando no retorno e acabam destruindo as bocas de lobo e criam uma série de problemas para todos, para o trânsito em geral. É isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Obrigado. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento e depois prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Ver. Cláudio Janta, na presidência dos trabalhos da Sessão; trago um abraço também ao amigo Lotar, Presidente da Acomba, Associação

Comunitária do Bairro Anchieta, e a todos os homens e mulheres do bairro Anchieta que estão conosco nesta tarde. E nós estamos conversando, hoje, Lotar, sobre o bairro Anchieta, que é um bairro instalado na entrada da cidade de Porto Alegre. E sem crítica maior a nenhuma administração, a nossa entrada do Município de Porto Alegre está bastante complicada e bastante deteriorada. Eu vou começar com os postos de visita e os tampões da rede do DEP. E eu fui Diretor-Geral do DEP por quatro anos. Não é possível que a gestão pública não olhe com um carinho todo especial para esses poços, porque é ali que se trata do conserto e limpeza da rede, e tem poços de um metro, meio metro e de até dois metros de profundidade, sem tampa. Daqui a pouco vai acontecer uma fatalidade maior no nosso Município e nós precisamos olhar com cuidado para isso e conclamar, pedir, rogar ao Prefeito e à cidade que façam esses reparos o mais rápido possível, até por uma questão de segurança. A segunda questão é a casa de bombas, que eu conheço bem e, quando fui Diretor-Geral, fizemos 22 projetos de macrodrenagem. Uma grande maioria foi executada, e começou agora o projeto do Arroio da Areia, que foi um projeto que nós elaboramos, cuja obra começa e que vai beneficiar mais de 150 mil pessoas, mas que não alcança o bairro Anchieta. Uma das propostas que nós fizemos - eu levei à Brasília, para o Ministério das Cidades - é reforma de todas as casas de bombas, porque, em Porto Alegre, se as bombas não estão funcionando, a drenagem não funciona. E praticamente todos nós sabemos disso. Portanto, é uma questão de urgência. Recursos em Brasília para as obras existem, os projetos estão prontos, é só executar. Ali na casa de bombas 6, ali do Anchieta, que eu conheço bem, há muitos anos, o telhado está com buracos, parece uma peneira. Como vai funcionar uma rede elétrica e eletrônica numa questão dessas. Gostaria de saudar o Massochim, nosso ex-presidente; a Edna, a Miriam, a Dona Nice, a Lucilia. Nós temos que dar uma olhada com carinho nisso e começar com a cobertura da casa de bombas. O que temos de fazer? Primeiro essas questões, a pavimentação está um buraco só. E é uma das demandas que o pessoal me disse. Se for para manter assim, tira o nosso piche que está ali e deixa só o paralelepípedo que vai funcionar melhor do que está. Porque o asfalto não está dando certo, está esburacando com muita facilidade. A questão da bomba 4 está parada e a alegação é de que ela tem defeitos, pois que se instale essa bomba o mais rápida possível para constatar e comprovar o defeito e cobrar de quem reformou a bomba. Como é que nós vamos ter prova de que a bomba não está funcionando, tem defeito, se ela

sequer foi instalada. Então, uma questão que se pede, com rapidez, é que se instale a bomba, se faça um teste na bomba, se ela não está funcionando. Foi recentemente reformada, quem reformou tem o dever, a obrigação, o compromisso de ajustar e acertar aqueles equívocos. Nós temos ali no bairro Anchieta, a formação de um parque cervejeiro, e isso é ótimo para Porto Alegre, meu caro Adeli, só que temos que dar uma olhada para dar funcionalidade àquela região para melhor transporte, etc. Existe um ônibus de aspecto cultural, o ônibus de turismo, que passa por ali uma vez por semana e não passa mais porque é um buraco só. Portanto, estamos aí para emprestar o nosso apoio e dizer que estamos juntos, cumprimentar a todos e registrar nossa satisfação de estarmos aqui na tarde de hoje. Um abraço a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Caro Ver. Janta, minha saudação. Meu caro Lotar, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, da Ver.^a Sofia, Oliboni e eu, aqui presentes, queremos salientar da importância desta Tribuna Popular. Reitero a fala do colega Ferronato, nós subscrevemos os pontos que ele levantou até esse momento. Quero também dizer que concordamos que se faça uma raspagem daquele asfalto ridículo, do que sobra, porque as pedras que estão lá são muito mais bem cuidadas, com pequena arrumação, hoje inclusive publicações no jornal Zero Hora e na Rádio Gaúcha de matérias longuíssimas sobre o tema do tapa-buraco, onde o custo é praticamente mais caro do que fazer um asfalto novo. Isso tem que ser colocado, e apoiamos integralmente. Quanto à sua fala a respeito a casa de bombas, tivemos com sol e chuva, num dia com muita chuva com o senhor lá, e a comunidade, e assinamos embaixo também. Por isso, Ver. Janta, requeiro que as notas taquigráficas desta tribuna popular sejam enviadas para o Executivo, por escrito, para que isso seja feito, porque consideramos fundamental que isso chegue à Prefeitura. Obrigado.(Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Recebo, será distribuído e acatado. Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente; quero cumprimentar o Sr. Lotar também, o Adalberto. É um prazer estar aqui e lhe ouvir também. Fiquei bem atento, porque a demanda que eu mais tenho, em meu gabinete, é das calçadas, das boca de lobo. A chuva não é mais surpresa para todos nós, seres humanos, ela faz parte da natureza, só que Porto Alegre cresceu muito, é muito asfalto. Então, tem que haver um cuidado quando se faz esse asfalto para o escoamento dessa água. Em 2015, eu estive na Arena, no bairro Humaitá, para onde tenho mais demandas, há três dias, no jogo de Grêmio, estava alagado, as galerias todas quebradas, onde chovia, enchia. Aqui, tu pedes “a reforma da casa de bombas 6, limpeza do valão da galeria, desobstrução do encanamento, restauração de calçamento da rua”. Vereador Adeli, isso tem que ser ouvido e tem que fazer parte do Governo, que diz que quer uma Porto Alegre linda, que é o Novo. Então, isso tem que fazer parte deste Governo, este Governo tem que cuidar tanto o bairro Anchieta-Humaitá, como da Ponta Grossa, da Restinga. Isso, tem que ser cuidado, nós temos que ter uma Cidade onde as pessoas possam ir e vir. Depois vem a tempestade, ela não é mais o grande susto da humanidade, Ela faz parte da natureza. E o que se está pedindo é uma coisa simples, normal, para que as pessoas tenham direito de ir e vir, com ou sem chuva. Então, tem aqui o nosso apoio, meu parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Eu quero, em nome da minha Bancada, dos Vereadores Cássia Carpe, Mônica Leal, Ricardo Gomes e no meu, dar boas vindas ao Lotar Markus, que é um batalhador antigo no sentido de realmente colaborar com a Cidade. Markus, eu quero agradecer ao teu trabalho de muito tempo. Sou Vereador há 20 anos e há 20 anos eu te acompanho o teu trabalho. Quero também cumprimentar a Associação do Bairro Anchieta por ter reformado a casa de bombas 6, feito a limpeza do valão, da galeria e, se

não me engano, feito também a recuperação do gerador. Eu quero agradecer a Associação por essa grande colaboração no sentido de ter uma responsabilidade social e também uma parceria com a Cidade. Tu mesmo disseste que o projeto do Arroio da Areia não beneficia o bairro Anchieta, mas beneficia os bairros Passo D'Areia, São João, Navegantes e Santa Maria Goretti. Eu quero te estimular: continue a lutar pela nossa Cidade, isso é extremamente importante. Muito obrigado, Lotar Markus! Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, Sr. Lotar Markus, ao cumprimentá-lo, cumprimento também todos os moradores da região; nós sabemos que inteligência administrativa é fundamental para gerenciar uma cidade do tamanho de Porto Alegre, e isso, infelizmente, nós não percebemos, raramente se vê alguém com inteligência e visão para resolver problemas tão básicos da nossa Cidade. Eu trabalho há quase dez anos no 4º Distrito, no Colégio Concórdia – onde tive a honra de dar aula para sua filha Cristine, mande um abraço para ela –, e lá, como é uma região de baixada, como o bairro Anchieta, nós precisamos de outros materiais, mais modernos, justamente para fazer um escoamento de água por conta da baixa altitude do bairro. Bairros com baixa altitude não podem ter uma impermeabilização do solo com asfalto, precisamos usar bloquetes de concreto, como foram usados no caminho da Rua Voluntários da Pátria até a Arena do Grêmio, justamente porque eles permitem uma melhor infiltração de água no solo, e um sistema de bombas sem interrupção. A presença de geradores justamente evita que nos períodos mais críticos, que são os de fortes enxurradas e tempestades, quando há queda de luz, nós não tenhamos a interrupção desse serviço, e as vias e o acesso para todos os moradores locais possam ficar liberados. Um grande abraço pela sua luta, somos solidários, esperamos que num futuro não muito distante os governantes deste País, deste Estado e desta Cidade abram os olhos e atendas às necessidades da sua população. Um grande abraço para o senhor e para os moradores da sua região.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente; Lotar, querido amigo; quero também cumprimentar, na extensão do plenário, demais diretoras e colaboradores da Acomba, que, com muita galhardia, vêm enfrentando toda aquela situação, Lotar. Estivemos ali ontem, eu e o Ver. Ferronato, participando do almoço de 37 anos da entidade. Realmente, essa questão da reforma da casa de bombas nº 6, da limpeza do valão, da galeria, da desobstrução do encanamento, da restauração do calçamento de ruas e avenidas é uma realidade que carece de uma atenção muito especial do Poder Público.

Eu peço licença aos nobres Pares para falar que o bairro Anchieta é um bairro que não recebe atenção do Poder Público, mesmo sendo um pólo econômico que gera emprego e renda. Com cerca de 150 residências e 300 empresas – entre elas a Ceasa –, macroatacados, 12 cervejarias artesanais, sofre uma série de problemas causados por enchentes e alagamentos. Cada chuva um pouco mais forte é motivo de grande preocupação dos empresários e moradores do bairro Anchieta, pois é enchente na certa. As residências e as empresas ficam praticamente ilhadas, os prejuízos são enormes. Ruas cobertas pela água; boa parte dos trabalhadores ficam impossibilitados de sair das suas residências, perdem carros, móveis, eletrodomésticos; as empresas fecham as portas devido à falta de acesso, ficam sem operar, perdendo dinheiro, equipamentos e matéria-prima. Todos esses transtornos são causados pelo descaso e pela falta de agilidade, infelizmente, da nossa Prefeitura.

A dificuldade de escoamento da água é provocada por problemas da casa de bombas nº 6, como foi dito aqui. Tem quatro bombas, mas só duas funcionam parcialmente. Essa casa de bombas precisa urgentemente de reparos no telhado, a chuva já causou problemas aos equipamentos. Inclusive, um amigo e parceiro nosso, o Fábio, que está enfermo agora, tem relatado todo esforço feito por ele e por um grupo de rotarianos, que, diuturnamente, colaboram com a escola e com a associação. A bomba nº 1 teve que ser consertada com recursos arrecadados pela Acomba e pela Associação dos Amigos do Bairro Anchieta, a Adaba. Esse não é o único motivo dos alagamentos. Os moradores e os empresários reclamam que o DEP não faz a drenagem do valão do bairro e nem limpa as galerias de escoamento pluvial há mais de um semestre. Os alagamentos e as

enchentes também provocam problemas no asfalto e no calçamento de paralelepípedos. Quando a gente passa pelas ruas, vê verdadeiras crateras que estragam os carros e prejudicam o trânsito de caminhões e ônibus.

Os moradores e empresários do bairro Anchieta pagam os seus impostos em dia. É urgente que esses impostos revertam em políticas públicas que garantam condições mínimas de infraestrutura. Então parabéns, Lotar, pela tua luta, pela tua batalha, pelo teu dia a dia, lá no Plano Diretor, na Associação, no OP, tudo aquilo que representa o empenho de todos aqui hoje presentes, efetivamente cuidando e zelando pelas nossas crianças da escola. Enfim, vida longa à Acomba e contem com a Bancada do PDT. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Cláudio Janta, eu quero agradecer à bancada do PSOL, a qual falo em seu nome, e da Bancada do PT. Lotar, velho amigo e guerreiro de tantas lutas, o Ver. Adeli já falou em nome da nossa bancada, mas eu quero fortalecer a necessidade de uma interlocução mais qualificada, e que esta Casa possa intermediar, e aí quero sugerir à CUTHAB, em especial, ou à CEDECONDH, que possa marcar uma reunião entre a comunidade e o Poder Público. Porque me relatava uma das moradoras que o esforço de vocês, que inclusive foi anunciado nos jornais, pelo Governo: olha a parceria com a comunidade como está funcionando, a comunidade está consertando as bombas. E consertou, de fato, duas, só que gastou, investiu R\$ 16 mil. Só que tem adequações, que é a área técnica da Prefeitura que tem fazer, tem que orientar, e tem que investir, porque, senão o esforço da comunidade, se não tem a contrapartida do outro lado, não resulta nas melhorias buscadas por vocês. Acho que temos algo exemplar aqui de uma comunidade que não só reivindica, não só está lá no OP, está nas reuniões comunitárias, está nos espaços, reivindicando, mas também se colocando à disposição para colaborar. Mas não é possível que o Governo municipal, além de, por exemplo, não instalar uma bomba que está lá pronta, na rua, e não instalada, não resolve a situação de pleno funcionamento das demais. Nós conhecemos os problemas históricos do bairro,

queremos parabenizar a comunidade, e pedir, Ver. Janta, que a gente encaminhe então a uma das Comissões, uma reunião de diálogo entre Governo e comunidade, para em seguida equalizar e juntar as ações, e resolver os problemas. Parabéns pela luta de vocês e contem conosco da oposição.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): **Agradecemos a presença do Sr. Lotar Adalberto Markus, representante da Acomba. Quero dizer que esta Casa, por seus Pares, conhece as dificuldades do bairro Anchieta, conhece as dificuldades apresentadas e a realidade daquele bairro, principalmente o acesso em dia de chuva. No sábado, eu estava em compras no bairro Anchieta, quando caiu uma chuva e passei por isso, sofri na pele o que os moradores sofrem no dia a dia. Então, é imprescindível que a gente encaminhe essa reunião ao Executivo, para que ele veja as dificuldades do bairro que tinha acessibilidade e que ficou prejudicada em função de remendos. Agradecemos a presença do Sr. Lotar Adalberto Markus, Presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Anchieta – Acomba. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.**

(Suspendem-se os trabalhos às 14h52min.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): (14h53min) Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. João Bosco Vaz (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: **Boa tarde a todos e a todas. Eu falo em nome da oposição, que neste ano cabe ao PSOL, no tema do IPTU, deixando registrado que nós temos uma opinião muito**

clara sobre a falta de debate sobre o que houve com a cidade de Porto Alegre. Mas sem antes deixar de cumprimentar o MTST, os companheiros que estão aqui conosco nesta tarde, sejam muito bem-vindos, lutadores no movimento social. Nós que vivemos todo o primeiro semestre de um Governo autoritário, de um Governo que dia sim dia também ameaça os servidores municipais de um Governo que tem dito que vai privatizar a Carris, que vai privatizar o DMAE, que tem levado Porto Alegre a uma situação de colapso em várias áreas. Na assistência social desrespeita os mecanismos do controle social da Cidade, como os conselhos municipais. Um Governo que tem um projeto tentando tutelar e limitar o poder de atuação dos conselhos; um Governo que sistematicamente desrespeita os movimentos constituídos e também os Vereadores que pensam diferente. Enviou à Câmara de Vereadores, em agosto deste ano, um projeto sobre a questão do IPTU. Esse projeto chegou no final de agosto e o Governo quer votar na tarde de hoje, de forma açodada, sem discussão com a sociedade, mais de 430 páginas que mudam o valor venal dos imóveis e não ataca aquilo que nós sempre dissemos, que é a taxaçoão pesada para os mais ricos, mas, ao mesmo tempo, que não haja uma taxaçoão da classe média, dos trabalhadores e dos mais pobres. Nós fizemos uma apresentação para mostrar algumas coisas. As perguntas eu vou deixar para o debate.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero mostrar as incongruências do projeto, sobre a avaliação do metro quadrado. Essa avenida no Parque Germânia, por exemplo, praticamente não aumenta o imposto do valor venal. Na planta atual, que vigora agora, é de R\$ 1.744,00 o metro quadrado; na nova planta, R\$ 1.744,00 o metro quadrado – uma das regiões mais valorizadas da cidade de Porto Alegre. Também no Parque Germânia, um aumento de 9,8%. No bairro Bom Jesus, em compensação – quem mora no bairro Bom Jesus? Valor atual, R\$ 121,00, o valor passa para R\$ 531,00 – aumento do metro quadrado de 336% no bairro Bom Jesus, onde mora a população mais pobre. Vila Jardim: aumento de 354% da planta atual para a planta proposta no projeto trazido à Câmara de Vereadores pelo Governo Municipal. Restinga, Barro Vermelho: aumento de 278% o metro quadrado. Cruzeiro do Sul, que sofre com a violência, com a insegurança e com uma série de ausências do Estado, aumento de 266%. Extremo-Sul: 1.446% na comparação, claro, mas os bairros mais populares. Sobre os outros bairros, vou deixar para as próximas intervenções com relação ao IPTU, quando entrar na discussão do

projeto. Nós comprovamos que hoje se faz o IPTU com a planta e com o tipo construtivo; depois, claro, tem os mecanismos de redução do valor, porque existe um cálculo que é preciso ser feito, levando em consideração aquilo que eu trouxe para vocês sobre o valor venal, do tipo construtivo e do que está previsto na legislação. O que nós vemos é que não existe nenhum mecanismo de simulação. A população não pode fazer isso. Nós não podemos fazer isso, como Vereadores. Querem que votemos, dando um cheque em branco, que pode aumentar em até 300% o valor venal em bairros populares como os que trouxemos aqui, para um Governo que se marcou como autoritário, que tem desrespeitado o funcionalismo, que tem colapsado as áreas sociais. Por que, se não fosse um cheque em branco, deveria ter se reunido com o MTST, com associação comunitária dos moradores do Anchieta, com o Orçamento Participativo, o que não está ocorrendo porque eles não querem votar novas demandas. Mas poderia, Ver. Cláudio Janta, ter chamado os conselheiros do OP para discutir, poderia ter discutido com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, poderia ter discutido com os bairros da cidade de Porto Alegre - mas não discutiu. E nós vamos votar no escuro algo que tem impacto no bolso e na vida de milhares de porto-alegrenses? Não é aceitável. Nós defendemos a progressividade, nós, do PSOL, temos essa concepção, mas uma progressividade justa, que taxe os mais ricos, como o que pede a emenda do Ver. Roberto Robaina, que institui a função social da propriedade, como o que pede as emendas do Ver. Marcelo e a minha emenda, mas não que sobretaxe a população trabalhadora da cidade de Porto Alegre, não que seja um tarifaço na classe média, já tão sofrida pela crise econômica; que pegue a especulação imobiliária, mas que não reforce a segregação espacial do território da cidade de Porto Alegre. Então, no momento de debate sobre o projeto do IPTU, vou seguir apresentando esse trabalho, porque acho que o debate aqui hoje é muito sério. E, nós, do PSOL, não daremos um cheque em branco para o Marchezan.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, público que nos acompanha, em primeiro lugar, eu gostaria de deixar claro para todo

mundo aqui que vou solicitar encarecidamente à bancada do PSOL, à Ver.^a Fernanda Melchionna que possa disponibilizar o que foi apresentado aqui para que possamos estudar o caso. Eu vim aqui, na realidade, dizer que o projeto que o Governo Marchezan enviou para cá tem um princípio que é tratar os iguais com igualdade, os desiguais com desigualdade, dentro das suas proporções. Nós não somos contrários, como disse a Vereadora, com que as pessoas que tenham mais possam pagar um pouco mais. Quando se fala em progressividade, em aumento talvez de 30%, isso não é transmitido para o boleto. No boleto nós temos uma média de aumento de 14%, se não me engano. A progressão corrige o valor do IPTU dos imóveis que têm que ser corrigidos – são quase três décadas sem isso. Eu dou o exemplo do meu imóvel, no bairro Meninos Deus, sobre o qual houve uma valorização, que paga menos IPTU que o imóvel da minha família, aqui na Rua Marechal Floriano, numa região desvalorizada, um imóvel velho. Na realidade, o IPTU do meu imóvel é menor que o IPTU do imóvel da minha família. Existem todas essas correções, não é justo que na Lomba do Pinheiro um imóvel, que custa R\$ 70 mil em média, pague o mesmo IPTU de um imóvel que custa R\$ 1,5 milhão no bairro Tristeza. Então, essa correção, acho que todos aqui sabem que tem que ser feita. Agora, os dados que foram apresentados aqui, eu gostaria de rebater também com dados. No bairro Aberta dos Morros, mais da metade dos imóveis vai ter seu IPTU reduzido ou isento. No bairro Arquipélago – as ilhas –, mais de 88% dos moradores que pagam IPTU vão ter redução ou isenção. Belém Novo, Zona Sul, na realidade, nós vamos ter quase metade de redução. Belém Velho, 72% de isenção, ou redução – 72% das pessoas que pagam IPTU vão ter a sua questão melhorada no pagamento desse tributo. Bom Jesus é quase a metade, são 46,40%; bairro Camaquã, 54%; Campo Novo, mais de 60% das pessoas vão ter ou redução ou isenção; Cascata, Cavalhada, Cidade Baixa, que está na pauta da Cidade, mais da metade dos pagantes de IPTU terão esse tributo minorado, ou com algumas isenções; Costa e Silva, 75%; Farrapos, Glória, Guarujá, Hípica, Jardim Leopoldina, Medianeira, Mário Quintana, Lami, Lajeado, Morro Santana, Nonoai, Partenon, Passo das Pedras, Pitinga, Ponta Grossa, na Restinga, 96% dos pagantes do IPTU vão ter ou redução ou isenção desse tributo. Então, na realidade, estamos fazendo uma discussão aqui, que é o local adequado, mas nós estamos querendo, sim, fazer um debate, mas não queríamos individualizar o tema.

Nós queremos deixar claro que são quase três décadas sem essa revisão e que esse projeto não é de um governo, de um partido ou de um Prefeito, é um projeto para a Cidade tratar os iguais com igualdade, os desiguais com desigualdade, dentro das suas proporções. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste aqui pela TVCâmara e nas galerias. Pessoalmente, eu fui criado, Fê - minha colega e amiga Fernanda -, como tu, uma formação muito parecida no movimento estudantil. Até hoje, quando fui sentar com os técnicos da Fazenda para escutar a proposta deles, e eu vejo o quanto ortodoxo eu fui. Na verdade, mexermos em qualquer coisa, sempre vai haver as pessoas que irão criticar. Eu estava até falando com o Ver. Roberto Robaina sobre isso, uma das ideias do Prefeito, hoje, foi dar acordo a uma emenda dele, que visa a taxar aqueles imóveis que são acima de R\$ 5 milhões. E eu acho que, justamente por isso, tem que ter acordo no projeto, porque só colocamos uma emenda em um projeto se com este acordamos, para melhorar esse projeto.

Essa questão que se fala do IPTU e tal, eu estava até comentando, se tem muito preconceito, mas na verdade ninguém quebra, nenhum comércio quebra, e é óbvio que vamos ter coisas para ajustar, mas não é através do IPTU. Seguramente aqui, pela fala dos técnicos hoje, que não têm intenção política, são pessoas da Fazenda que trabalhariam, na verdade, em qualquer governo, não é uma orientação política, isso que é fundamental. Foi uma orientação técnica, tanto que hoje, na conversa com o Prefeito, toda a fala foi da Secretaria da Fazenda, que estaria no governo da Luciana Genro, que estaria no governo do Raul Pont, que estaria em qualquer governo, e são quase 30 anos. Eu saí convencido de lá de que este projeto é muito importante para a Cidade. Eu acho que a gente tem que deixar de ter determinados melindres. E outra coisa: eu acho que é papel da oposição, eu vejo muita consciência em alguns da oposição, por exemplo, o colega Adeli e o próprio PT em querer colaborar com a Cidade. Esse não é um projeto de governo, como o Moisés falou aqui, e é fundamental para a Cidade. Eu acho muito ruim

essa postura da oposição, porque vejo que para determinados Vereadores aqui qualquer coisa que vier do Governo é ruim. Eu não digo de ti, Carús, tu não. Eu sou muito franco e muito honesto em falar aqui que não é de ti. Eu acho, por exemplo, que a postura do PSOL é uma coisa sistemática: se o Melo tivesse aqui governando, Carús, se tivesse ganhado o Melo em vez do Marchezan... Porque nada que sai e que não é o PSOL é bom! Não tem nada que não saia da Luciana Genro, do PSOL, da Fernanda, que não seja proposta deles que seja bom. Eu até convido as pessoas a assistirem as plenárias, pegarem as votações para ver qual é a proposta objetiva. Inclusive, acho e reitero aqui, que a Luciana tem que ser Prefeita da Cidade ou Presidente da República, porque ela vai ter a solução para tudo, ela é a melhor! Ela ainda dialoga com um setor da sociedade, não é grande mas dialoga, mas esse discurso demagógico de oposição é o discurso mais fácil que tem, é muito fácil criticar o que está ruim porque sempre vai ter coisa ruim. Eu costumo dizer aqui: quero muito ver a Luciana Genro prefeita da Cidade, porque ela vai ter solução para tudo! Eu não tenho dúvida nenhuma de que, com o Roberto na Governança, o setor vai ter solução para tudo. Seguramente o Brasil vai se resolver em três meses de governo, se eles ganharem. Agora, efetivamente, eu quero ver, aí que é um exercício importante, começar a pensar, na verdade, o que é bom para a Cidade. A gente pode ter diferenças pontuais. Eu pessoalmente achava que a questão da Secretaria Especial dos Direitos Animais, saindo do departamento, pioraria, e fiz uma luta aqui, mas melhorou! Melhorou! E não é por causa do governo tal, melhorou por causa do funcionamento. É só perguntar para as protetoras. É o ideal? Não. Está longe de ser o ideal. Falta raio x, falta um monte de coisas, mas melhorou. Eu acho que a Cidade e a política se exercitam com ideias boas, inclusive com esse exercício que estamos fazendo hoje para aprovar a emenda do Roberto, de taxar as grandes propriedades acima de R\$ 5 milhões.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste e acompanha esta tarde importante para a Cidade, a nossa bancada vem

combatendo, de forma veemente, um projeto que se instalou na cidade de Porto Alegre. É um projeto que não teve maioria dos votos da Cidade, não. É um projeto que entende que dá para dispensar municipais, que dá para praticar assédio moral, arrochar salários, parcelar salários, tendo recursos em conta, um projeto que, desde o início, interviu na educação, suprimiu a participação popular e mente sobre as finanças públicas para naturalizar o parcelamento salarial. Tanto é que a Justiça está multando o Prefeito, a cada dia que parcela salário, porque a Prefeitura não comprovou que não tem recursos para pagar salário em dia. Este projeto que, desde o início o Prefeito anunciou que venderia a Carris, que quer vender o DMAE e mandou o projeto de lei aqui para privatizar a água da cidade de Porto Alegre, é um projeto que nós discordamos. É um projeto que nós combatemos e combateremos. Vamos exigir, porque o Município, o Prefeito, em nome dos munícipes, tem a obrigação de sentar com o Sindicato dos Municipais, obrigação! Obrigação legal de sentar com a Cidade e não suprimir o Orçamento Participativo, de ouvir os conselhos e não tirar o empoderamento da cidadania, através dos conselhos setoriais. E é nesta conjuntura que analisamos o projeto do IPTU que veio para esta Casa. Nós entendemos que ele tem que melhorar muito para representar um projeto bem diferente do projeto do Marchezan para a cidade de Porto Alegre que ele está colocando em curso e que quer impor a esta Cidade, que é de desmonte do serviço público e que é de massacre ao funcionalismo. E é importante, porque aqui quase não tem funcionário, saberem que muitos funcionários municipais altamente qualificados como os que elaboraram o projeto que vieram para cá pediram aposentadoria neste semestre, Ver. Mauro Zacher, por serem ameaçados de perderem o seu regime de trabalho, trabalharem 20, 30, 40 anos 40 horas e, no final de outubro, poderem passar a 30 ou 20, terem desrespeitada toda a sua dedicação exclusiva, a sua dedicação ao serviço público.

Neste contexto, o IPTU para nós é um projeto que ainda veio deficiente. Ele não pode sobretaxar a classe média. Desde o início, Ver. Adeli – eu estou falando aqui em nome da bancada –, tu levantaste este tema. E nós temos proposta – o Ver. Robaina já apresentou e nós estamos apresentando – de criar mais uma faixa no valor de imóveis que corresponde à classe média, ampliando o IPTU Progressivo, favorecendo os que menos têm e cobrando dos que mais têm condições na cidade de Porto Alegre. E, neste sentido, também estamos apresentando, vínhamos discutindo e queremos a promoção da emenda do Ver. Robaina, mas estamos ampliando uma faixa dos 2 milhões, acima de 2 milhões, e

não só aumentar a alíquota nos 5 milhões. Para nós, isso é fundamental e é condição: cobrar dos mais ricos para financiar os que não têm casa, não têm moradia, para financiar as políticas públicas. Para nós é condição para aprovar este projeto do IPTU.

As emendas estão aí, e nós queremos este compromisso – e queremos um compromisso que não tenha veto, que depois não venha um veto técnico, e aí tenha todas as explicações. Não! É um compromisso de construir um projeto de fato, redistribuidor de renda. E, neste sentido, a segunda emenda da bancada do PT, Ver. Oliboni, é dos vazios urbanos, Ver. Sgarbossa. Nós temos terrenos na cidade de Porto Alegre, em especial nas Regiões 1 e 2, que estão sendo guardados para a especulação. E não é possível especular, porque a propriedade tem que ter sentido social, é o que diz a Constituição Brasileira. E nós já tivemos uma legislação em Porto Alegre que estabelece o IPTU Progressivo. Outras cidades já incorporaram. Progressivo no tempo. E nós estamos trazendo o conceito para ser aprovado aqui nesta discussão do IPTU. Eu encerro, em nome do PT, dizendo: democracia nesta Cidade, democracia para discutir e definir o investimento desta Cidade, nós defendemos o financiamento da política pública, nós defendemos um Estado forte, defendemos municipais valorizados, uma carreira pujante, uma carreira que estimule a pesquisa e a dedicação às políticas públicas e não o desmonte que está aí agora. E se o IPTU servir a este propósito e ao propósito de justiça social, com as nossas emendas, nós construiremos essa saída para a cidade de Porto Alegre. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Dr. Thiago assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores venho aqui falar em nome do meu Partido, o Solidariedade, que no dia de ontem completou quatro anos de vida. O Solidariedade, na sexta-feira, fez seu primeiro congresso nacional do partido no qual eu tive a honra de ser eleito o 1º Tesoureiro Nacional do Partido. Foi eleita a executiva do Partido, e nós, nesses quatro anos, tentamos fazer o melhor para o povo

brasileiro, melhorar a vida das pessoas, melhorar a vida dos trabalhadores e de sua família. Melhorar no todo, principalmente no que muda a vida das pessoas, muda na questão do valor da luz, no valor da água, no valor da passagem, no valor do IPTU, que é a política que faz a transformação, Ver. Tarciso, Ver. Mauro e Ver. Cecchim, que me ouvem atentamente, na vida das pessoas. Nós surgimos como um Partido no 24 de setembro, e neste período de quatro anos já disputamos algumas eleições. A primeira eleição no Estado do Rio Grande do Sul que nós disputamos, tivemos como candidato a Vice-Governador do Estado, junto com a Ana Amélia, o Ver. Cassiá Carpes, que foi o fundador do nosso Partido. Fizemos uma votação significativa para um Partido que foi constituído em nove dias. Faltaram-nos 2 mil votos para atingir o coeficiente eleitoral. E nessa eleição que passou, elegemos um prefeito e quatro vice-prefeitos, sendo que um deles já assumiu a Prefeitura de Monte Negro. Estamos com duas prefeituras, três vice-Prefeitos e quarenta e um vereadores no Estado do Rio Grande do Sul. E sempre trabalhando, sempre buscando melhorar a vida das pessoas, sempre buscando melhorar a vida dos trabalhadores. Lutamos muito pelo *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Lutamos porque acreditamos que os compromissos de campanha, assumidos com as pessoas durante os períodos eleitorais, têm de ser cumpridos. E a Presidente, lá atrás, assumiu o compromisso com os trabalhadores, tais como a redução da jornada de trabalho, redução da inflação, geração de empregos e renda, e combater a corrupção. E isso vem acontecendo em vários governos. Aqui nós assumimos como líder do Governo, porque tínhamos um compromisso de manter a segunda passagem, tínhamos o compromisso de manter estruturas na cidade de Porto Alegre, o compromisso de não aumentar impostos, e de não mexer na vida das pessoas. Tínhamos um compromisso principal de reestruturar as empresas públicas, o compromisso principal de refazer essas empresas públicas para serem produtivas. Quando a gente não tem propostas, quando a gente se pega na mesmice, quando volta na política antiga, e, no período eleitoral promete, promete e promete e, depois, quando chega na hora do vamos ver, a gente faz como os outros, a gente volta na mesmice de dizer que tudo é contra. A Secretaria da Fazenda teve 26 anos para fazer o projeto do IPTU. E eu pedi para a Secretaria da Fazenda, através do Líder Moisés Barboza, que nos fornecesse cálculos e exemplos de onde iria diminuir o IPTU, onde haveria isenções de IPTU e onde iria aumentar o IPTU. Queria tentar um empréstimo no BNDES, na Caixa ou no Banrisul para comprar todos os

imóveis que me apresentaram. Imóvel no bairro Menino Deus por 80 mil reais, imóvel no Bom Fim por 60 mil reais, imóveis que só existem na Ilha de Caras, imóveis que não existem. Outra questão que temos que discutir, muito, e nós vamos entrar nesse assunto do IPTU a tarde inteira hoje, daqui a pouco a tarde de quarta também. Quando o cidadão compra um imóvel e paga lá R\$ 120 mil, R\$ 200 mil, paga o valor deste imóvel, e quando ele vai escriturar esse imóvel, vem o tal de ITBI, que nunca é o valor que o cidadão pagou, sempre é a mais do que o cidadão pagou. E agora estamos falando em calcular o IPTU no valor venal. Quem decide o valor venal? O mercado. Quem decide o valor venal é o mercado, e o mesmo edifício, no mesmo andar, mesma localização, um imóvel por custar 30% a mais ou a menos. Então vai ser o IPTU do a mais ou a menos? Numa rua, um imóvel pode custar o mesmo valor venal, ou pode custar a mais ou a menos. Falam tanto da Bom Jesus, o Prefeito até pediu ao pessoal da Bom Jesus, Restinga e Rubem Berta virem para cá. Um monte de gente na Restinga não paga IPTU, os que pagam, pagam R\$ 500,00. Um monte de gente no Rubem Berta não paga IPTU, e um monte de gente da Bom Jesus não paga IPTU. Quem paga IPTU são os grandes condomínios da Bom Jesus. Essas discussões, devíamos ter feito bem antes. É que o pessoal da Fazenda estava preocupado com o teto, aí não tinha tempo de discutir a questão do IPTU. Hoje mesmo um jornalista disse: “Por que não abriram o site da Prefeitura para se fazer simulação dos IPTUs?” Então é um projeto que vai levar a tarde de hoje, com certeza, e a tarde de quarta-feira, porque não vai ser no afogadilho que vamos discutir um processo tão complexo e que mexe com a vida das pessoas em Porto Alegre, que mexe com a vida dos pequenos comerciantes, que mexe com a vida de todo o mundo em Porto Alegre, e temos que ter provas concretas de que realmente não vai ter aumento de impostos na cidade de Porto Alegre, porque a maioria dos Partidos daqui, a gente vê os programas de televisão, são contra aumento de impostos, e o povo brasileiro, que trabalha até o mês de maio para pagar impostos, não aguenta mais aumento nenhum de impostos, quanto mais o aumento de 30%, que é elevadíssimo. Nenhuma empresa teve sequer um capital de giro de 30% e quem dera um trabalhador ter conseguido alcançar 30% de aumento nas convenções coletivas e no rendimento de sua família. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Lino Zinn está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LINO ZINN: Boa tarde, Presidente e Srs. Vereadores; boa tarde, público presente nas galerias cheias aqui, como é bonito de ver esta Casa; boa tarde, funcionários da Casa e cidadãos de Porto Alegre; quero começar com esta frase é: “O setor público não abriu os olhos para a crise em que nós estamos”. O setor público não se deu conta da crise que nós estamos, ninguém aqui se deu conta das 200 mil empresas fechadas, frase dita por Nelson Marchezan, no dia 28 de abril, na Câmara dos Deputados, e agora, Marchezan pensa diferente, agora Marchezan pensa que a crise acabou. A população brasileira e a Capital do Sul está cansada de falsas promessas. Tanto que em outubro passado, Marchezan teve menos votos que a soma das abstenções, nulos e brancos. Marchezan, que na campanha prometia um Novo Tempo, prometeu não aumentar impostos, e agora, como prefeito, Marchezan faz mais do mesmo, sempre recorrendo ao bolso dos pagadores de impostos. Nesses tempos em que invasão é chamada de ocupação; *impeachment*, com o devido processo legal é chamado de golpe; e o aumento de R\$ 284 milhões está sendo chamado de revisão. Agora, neste final de semana, Marchezan postou um vídeo cheio de meias verdades, ele notava que Porto Alegre é a sexta Cidade, Vereadores que mais arrecada IPTU, isso Marchezan não fala. Marchezan também não fala que com esse aumento, se os senhores aprovarem aqui hoje, Porto Alegre vai ser a segunda maior cidade em IPTU *per capita*, perdendo apenas para São Paulo. Isso o vídeo do Governo não fala. Mesmo sendo uma das Capitais com a maior arrecadação do País, porque é a quinta maior arrecadação total, Porto Alegre ocupa um dos últimos lugares no *ranking* de educação, o IDEB está em 25º lugar - uma vergonha! Por outro lado, em latrocínios, nós temos o quinto lugar; em roubos de carros, aí, sim, nós somos o primeiro lugar. Os números não mentem, senhores, o problema não é a arrecadação. Como é gasto o recurso, esse sim é o problema; precisamos atacar a coluna das despesas. Se aprovado for o aumento do IPTU – porque é, sim, aumento –, daqui a três anos o IPTU para milhares de porto-alegrenses irá dobrar de valor; em muitos casos, triplicar. Esse aumento irá expulsar famílias, Srs. Vereadores, pensem isso na hora do voto de vocês: esse aumento irá expulsar famílias de seus lares. Imaginem um aposentado que resida no bairro Restinga, Moisés, Líder do Governo, na Av. Economista

Nilo Wulff: seu IPTU irá dobrar de valor. Então, um aposentado que reside lá há 20 anos, com o IPTU dobrado, vai sair da Restinga e vai para onde? Vai sair da Restinga e vai para outra cidade. E na própria Nilo Wulff, que, de repente, o Moisés não conhece – não sei se conhece ou não –, tem muitos comerciantes. O comerciante, no Brasil, mas especialmente em Porto Alegre, nossa Cidade, já está operando no crédito rotativo, antecipando recebíveis, o cara não aguenta, não suporta mais aumento de impostos. Aí, o Governo, com a desculpa de justiça tributária, vai aumentar o imposto desse comerciante e vai gerar demissão, porque a única alternativa que o comerciante vai ter será enxugar seu quadro, porque o IPTU ele vai ter que pagar. Isso é justiça para vocês? Isso é justiça para o Governo? Isso é injustiça. O reajuste do IPTU de forma coercitiva, parecendo confisco, é totalmente imoral e injusto. O valor do IPTU de um imóvel ou de um terreno só poderia ser atualizado quando houvesse uma transação voluntária e, a partir desse ponto, quando o novo proprietário, parte da transação, estiver ciente do valor de mercado, aí sim teremos um valor para tributar, real e justo, não dessa forma arbitrária.

Hoje, em meio a uma grande crise imobiliária, definir o valor através de uma fórmula complexa, nada transparente e com pouco debate é, no mínimo, irresponsável. Existem milhares de imóveis fechados, senhores, à venda ou para locação. O aumento arbitrário de impostos agravará a situação gerando desemprego, violência, estagnação econômica e social. Se o Governo realmente não está preocupado em arrecadar e sim em equalizar, em rever, que aprove a Emenda nº 11, do Ver. Felipe Camozzato e do Ver. Ricardo Gomes. A Emenda nº 11 cria um fator de teto que não limita a arrecadação, leva em consideração a inflação e novas matrículas, obrigando a Prefeitura a ser eficiente na emissão de novas matrículas.

Hoje, em 2017, a sociedade civil produtiva é baseada na produtividade. Infelizmente, Porto Alegre não norteia pelos mesmos valores. De qualquer maneira, precisamos ter ciência de que esse projeto tramita há pouco tempo aqui na Casa e é importante demais para ser votado às pressas.

Srs. Vereadores, vocês sabem muito bem que a população está cansada de pagar a conta. Aceitar esse aumento é dar um tapa na cara do eleitor. Chega de tanto imposto! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde. O Governo Marchezan, nesses nove meses, demonstrou ser um Governo reacionário cuja essência tem sido atacar os interesses populares, inclusive respaldar ataques a direitos democráticos básicos. Não é à toa que o Prefeito Marchezan deu guarida para um movimento que está se transformando em semifascista, como é o MBL, que, inclusive, atacou direitos democráticos básicos, como os direitos dos LGBTs. O Governo Marchezan tem, durante nove meses, demonizado os servidores públicos, como se fossem os responsáveis pela crise. O Governo Marchezan faz, o tempo inteiro, do conflito a sua arma política. Não é que os técnicos da Fazenda não estivessem trabalhando na ideia de um projeto no 1º semestre. Os técnicos da Fazenda não estavam fazendo isso porque até para os técnicos da Fazenda o Prefeito Marchezan estava desenvolvendo uma linha de conflito, assim como faz conflito com o DMAE, quando ameaça privatizar; como faz conflito com os rodoviários, quando ameaça tirar o trabalho dos cobradores. Portanto, é um Governo do conflito, um Governo reacionário.

Um mês depois de reforçar o senso comum de que não se pode ter nenhum aumento de impostos, de que o Estado não pode aumentar impostos, reforçar o senso comum com a ideia de que os ricos não devem pagar mais pela crise, de que os ricos não podem ser tributados, o Presidente Marchezan quer passar, em um mês, um projeto onde não se tem transparência sobre quem são os atingidos. Mas a Ver.^a Fernanda Melchionna já mostrou aqui que há setores da classe média atingidos, que há setores da classe trabalhadora atingidos. E não é à toa que o que tem de progressividade, que realmente os milionários, foi um projeto apresentado por mim, porque, se dependesse da lógica do Prefeito Marchezan, quem tem uma propriedade de 800 mil ou 700 mil teria a mesma alíquota de quem tem uma propriedade de 5 milhões ou até de 10 milhões. Então, que o Governo não possa vir pedir, no afogadilho, que a Câmara de Vereadores aumente os impostos de Porto Alegre. Não faz nenhum sentido. Isso eu quero chamar a atenção da Bancada do PT. A Bancada do PT tem que ajudar a derrotar o projeto do Marchezan, e não ajudar o

Marchezan a se fortalecer. É uma questão básica! Não é um problema da Cidade, em abstrato. Não se trata de um problema da Cidade. Nós estamos dispostos, eu quero dizer claro, nós estamos dispostos a ter um projeto de atualização do valor venal de imóveis; nós estamos dispostos a votar isso; nós estamos favoráveis a uma política de progressividade, mas nós não damos cheque em branco para o Prefeito Marchezan! Então, se o Prefeito quer que realmente a Câmara de Vereadores possa debater o assunto, não pode exigir da Câmara de Vereadores que vote sem que haja um esclarecimento das questões. E não é só eu que estou dizendo, que sou sim opositor ao Marchezan e que estou convencido de que fortalecer o Governo atrapalha o desenvolvimento da Cidade, porque este Governo é um governo contra a cidadania e tem demonstrado isso há nove meses. No jornal Zero Hora, o jornalista Paulo Germano cobra do Governo por que não apresentou as possibilidades para que o indivíduo entre e se informe sobre o impacto que vai ter a atualização dos valores dos imóveis no seu pagamento. O Governo, que diz que a tecnologia resolve tudo e que diz que quer ser transparente, não tem transparência nesse projeto. E nós não vamos, em hipótese alguma, votar um projeto que não tenha transparência. E chamamos toda a oposição a fazer o mesmo, porque a oposição, nesse caso, tem que ajudar, e, meus caros, ajudar a Cidade é também trabalhar para que o Governo não coesione a sua base parlamentar na Câmara de Vereadores. Um Governo, tendo a sua base parlamentar coesionada, quer dizer um Governo que tem mais força para atacar os servidores públicos, mais força para atacar o direito à segunda passagem, mais força para atacar aquelas pessoas que lutam pelo direito à moradia.

Portanto, esta é a posição do PSOL: nós queremos discutir, nós não somos defensores da ideia de que não se pode cobrar impostos, mas nós não queremos que a classe trabalhadora e que a classe média sejam mais taxadas. Queremos que os muito ricos paguem pela crise. Isso evidentemente nos separa dos liberais que não querem que os ricos paguem impostos. Nós não somos liberais, queremos que os muito ricos paguem impostos, mas não queremos que a classe média e a classe trabalhadora continuem pagando pela crise que não produziram, e muito menos aceitamos fortalecer um Governo que tem atacado os servidores, atacado a população pobre e atacado a todos aqueles que querem lutar por mais direitos na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nosso ex-Secretário e Ver. Kevin Krieger, que nos acompanha – seja bem-vindo a esta Casa, V. Exa. que já esteve aqui conosco por tantos anos. Embora nós tenhamos tão pouco tempo para debater uma matéria de tanta importância, uma matéria que vai mexer e muito com a vida das pessoas, com a economia da Cidade e, sobretudo, vai impactar no orçamento das famílias, o que nós estamos discutindo aqui hoje, e iremos discutir mais quando abrir a Ordem do Dia, trata-se não apenas da atualização da planta de valores do IPTU. Nós vamos tratar e aprovar, Adeli, aquilo que o Governo tenta colocar desde os primeiros dias que assumiu, uma política fiscal agressiva, porque profetiza, antes mesmo de assumir a Prefeitura, o caos das contas da nossa Prefeitura, tenta colocar perante a opinião pública que a Prefeitura estava pior do que o Governo do Estado. Precisou que nós chamássemos o Secretário anterior e o Secretário da Fazenda atual para que nós pudéssemos desmentir números que o atual Secretário nos apresentava. Mas tudo isso que nós passamos era justamente aquilo aonde o Governo queria chegar: queria fazer não a atualização da planta, justificando que faz mais de 20 anos que nós atualizamos; o que o Governo queria e quer fazer na tarde de hoje, mascarado, perfumado de justiça social, é atingir uma meta apresentada pelos técnicos da Fazenda de arrecadar na casa de mais de R\$ 300 milhões. Eu falo com a maior tranquilidade: essa meta do Governo é muito mais audaciosa. Nós conhecemos esse projeto, não nos faltou coragem para apresentar o projeto, como não nos faltou vergonha na cara em não apresentar o projeto. Nós não apresentamos o projeto por uma decisão simples, clara de que aquilo que os técnicos da Fazenda estão trazendo a esta Casa é política fiscal agressiva, é a vontade, é a meta de arrecadar milhões de reais, que sairão de onde? Do bolso do cidadão, do empresário, da classe média, que não suportam mais impostos. Então, meus amigos, esta Capital, que teve prefeitos como Brizola, Olívio Dutra, Fogaça, Raul Pont, Loureiro, José Fortunati, não merece o que está recebendo hoje, porque na campanha nada disso foi dito; pelo contrario, foi dito só o que interessava naquele momento. Depois, os

governos assumem, esquecem o que foi dito, e aplicam o que desejam para poder governar.

Eu fui acusado por alguns de fazer discurso fácil, que era fácil vir à tribuna. Sabe de que maneira eu respondo? Fácil é governar aumentando os impostos. É por isso que tenho certeza de que esta Casa iniciará um debate na tarde de hoje, Ver. Carús, dos mais importantes, porque nós podemos estar entregando ao povo, ao cidadão, que não aguenta mais, ao pequeno comerciante uma carga tributária insuportável, fazendo com que a Cidade se torne mais cara do que já é. Eu espero do Governo o bom senso de retirar esse projeto para que possamos atacar dois pontos fundamentais: as distorções àqueles que estão pagando muito menos do que deveriam, bem como atacar, com estratégias, com ação, com parceria, a dívida pública que chega na casa dos R\$ 2 bilhões, somando o ISS, ITBI e outros tributos municipais. Iniciemos este debate para que possamos entregar à Cidade o que ela merece de melhor, um esforço coletivo para que possamos enfrentar uma crise, mas sem taxar o cidadão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, assistentes que hoje nos honram nas galerias, eu acho muito importante uma discussão como esta, triste quando se trata de aumentar impostos, mas a discussão que nós assistimos hoje à tarde aqui, a discussão dos corredores, a participação importante das entidades na discussão, a atenção da própria Secretaria da Fazenda, que foi, a convite das entidades, prestar esclarecimentos. Eu acho que nós estamos tendo um debate enriquecido. Agora com muitas emendas, parece que são 26 ou 27 emendas que estão postas. Muitas destas emendas fazem amenizar o aumento do imposto, fazem diluir um pouquinho mais o prazo. Eu quero pedir aos meus nobres colegas que apresentaram as emendas, e eu respeito todas elas, quero dizer que respeito cada uma dessas emendas, mas, para facilitar a votação, para saber onde se está pisando, os colegas que apresentaram as emendas que serão avaliadas que votem também no projeto se tiverem as emendas aprovadas, porque não adianta aprovar a emenda aqui para fazer demagogia

e, depois, não votar no projeto: nem sim, nem não. Tem que fazer uma coisa responsável, não adianta fazer emenda para depois sair lá na rua e mostrar: “Olha, eu fiz uma emenda para isso! Eu fiz uma emenda para aquilo”. Demagogia não cola mais! Eu quero fazer este apelo: se tem emenda, tem voto, seja para um lado, seja para o outro. É bom que se tenha esse respeito com quem vota o projeto a favor ou contra, para que se saiba quem apresenta a emenda de verdade para ajudar a Cidade, para diminuir o impacto do imposto, e quem só fez a emenda para mostrar para opinião pública; a chamada emenda demagógica. Esta a população não perdoa. Podem ter certeza que as pessoas criticarão quem votou favoravelmente ou contrariamente, mas aqueles que fazem emenda demagógica só para mostrar para a plateia, esses terão o repúdio da população.

Nesta tarde, nós temos muitas pessoas importantes para a sociedade aqui, desde a pessoa mais simples até o grande empresário; desde as pessoas que estão interessadas no imposto, na atualização da planta do IPTU, até os clubes que estão aqui numa causa justa. E acho que foi a primeira emenda que se sugeriu aqui, com a qual, parece, que até o Sr. Prefeito e a Secretaria da Fazenda concordam: os clubes sociais não têm condições alguma de pagar IPTU, não têm como. Eu acho que tem que se cobrar, sim, do Grêmio, do Internacional, aquelas partes do estacionamento, das lojas, essas coisas que dão lucros para empresas. Os clubes sociais, o que ganham, gastam tudo ou ficam devendo, investindo nas suas estruturas, dando oportunidade para atletas, dando oportunidade para pessoas que passam um grande tempo lá dentro do clube.

Então, eu tenho certeza, não sou só eu, o Ver. João Bosco, o Ver. André Carús, a maioria dos Vereadores está de acordo com essa proposta dos clubes, porque sabem que não é uma proposta de isenção para qualquer entidade. Não, é para os clubes sociais que prestam serviço para a Cidade, que prestam serviço para o esporte, que tiram pessoas da rua, que fazem e dão oportunidade para muitos jovens que comparecem aos clubes para treinar, para aprender e para ser um verdadeiro cidadão, muitas vezes, nos dando muito orgulho nas Olimpíadas e nos campeonatos nacionais e municipais. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em especial, o Ver. Cecchim, que acabou de se dirigir a todos nós da tribuna; Vereador Cecchim, apenas para ser bastante transparente, esclarecer também para o cidadão de Porto Alegre qual a postura adotada por quem, votando pela aprovação de uma emenda, votará contra o projeto, como é o meu caso. Votarei a favor de uma emenda, porque entendo que essa emenda, aliás, várias reduzem o dano que esse projeto causa à sociedade porto-alegrense. É um projeto que vem extremamente gravoso, pesado para esta Câmara. Os Vereadores propuseram emendas para diminuir o peso e o gravame que esse projeto causa no bolso dos porto-alegrenses. Votarei, sim, a toda emenda que diminua o impacto desse projeto, ainda que não queira o projeto aprovado. Quero votar “não” porque sou contra o aumento de impostos, mas não é demagogia, Ver. Cecchim; é responsabilidade com o pagador de impostos. Dizer que, se por acaso este projeto passar contra a nossa vontade, nós, pelo menos, votamos as emendas que diminuem seu impacto. É olhar para o cidadão na rua e dizer: “Sim, o projeto passou contra a minha vontade, mas eu fiz o que pude para diminuir o impacto do projeto”. Então, votar “sim” nas emendas que diminuem o rombo que esse projeto causa nas contas dos porto-alegrenses e votar “não” no projeto não é incoerência, não é demagogia: é compromisso com o cidadão porto-alegrense, com o resultado de um projeto – e tomará que não – que, se for aprovado, pode não ser tão gravoso como este que o Executivo mandou para esta Câmara. Esta é a nossa responsabilidade, reprovar o projeto, mas que nos preparemos caso ele passe, no que eu não acredito, no sentido de ele não arruinar as famílias de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Registro a presença da Ver.^a Claudinha, Líder do DEM em Guaíba. Seja bem-vinda a esta Casa, uma grande lutadora e batalhadora daquela comunidade, assim como sempre nós somos bem recebidos lá em Guaíba.

(15h56min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Sr. Prof. Alex Fraga (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 028/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 028/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz, solicitando que seja votada a Emenda nº 01 ao PLCE nº 013/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCE nº 013/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. André Carús, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nº 06 e nº 09 e da Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ao PLCE nº 013/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 23, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Lino Zinn, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 23 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Lino Zinn, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 23 ao PLCE nº 013/17.

Apregoo o Ofício nº 1541/17, do Prefeito, encaminhando a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, solicitando dispensa do envio da Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de Ver. Moisés Maluco do Bem, solicitando que seja votada em destaque a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 013/17.

Apregoo a Emenda nº 24, de autoria do Ver. João Bosco Vaz e outros Vereadores, ao PLCE nº 013/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 24 ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 24 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo a Emenda nº 25, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 25 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo a Emenda nº 26, de autoria do Ver. Idenir Cecchim e outros Vereadores, ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 26 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo a Emenda nº 27, de autoria do Ver. Dr. Thiago e outros Vereadores, ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 27 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo a Emenda nº 28, de autoria do Ver. Professor Wambert e outros Vereadores, ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Professor Wambert, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 28 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para

Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 29, de autoria dos Vereadores Alvoní Medina e José Freitas, ao PLCE nº 013/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 03, nº 04, nº 05, nº 06, nº 07, nº 08, nº 09, nº 10, nº 11, nº 12, nº 13, nº 14, nº 15, nº 16, nº 17, nº 18, nº 19, nº 20, nº 21, nº 22, nº 23, nº 24, nº 25, nº 26, nº 27, nº 28 e nº 29 ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria dos Vereadores Alvoní Medina e José Freitas, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 29 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLCE nº 013/17. (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente Cláudio Janta, na pessoa de V. Exa. cumprimento os Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores. Ouvi atentamente as lideranças que nos antecederam antes de entrarmos na Ordem do Dia, vejo uma mobilização da sociedade civil organizada, agremiações, entidades preocupadas com algumas emendas ao projeto que porventura possam ocasionar alguma isenção. Quero dizer que ouvi atentamente hoje pela manhã o Secretário da Fazenda se manifestando, quando ele coloca muito superficialmente questões relativas ao fato de que, provavelmente, mas sem uma certeza absoluta, os imóveis que pagam hoje em torno de R\$ 500,00 de IPTU, todos eles, em tese, sofreriam alterações e as pessoas seriam oneradas e teriam um aumento de imposto.

Quero me manifestar, corroborando a manifestação do meu colega de bancada, Ver. Mauro Zacher, que falou em Liderança do PDT, que votaremos contra o projeto de aumento de IPTU em Porto Alegre. Eu acho que é muito importante que se possa fazer uma análise da maneira como está sendo conduzido esse debate, porque a forma como os fatos se apresentam levam a crer que talvez aquelas pessoas que vivem em alguns bairros que, em tese, não teriam tido valorização imobiliária não vão sofrer com o projeto. Eu quero dizer que não concordo com essa teoria, porque ela, em tese, tenta iludir o

cidadão porto-alegrense do fato de que aquele nicho territorial da Cidade não vá sofrer aumento. Mas, pessoal, em Porto Alegre, todo mundo paga imposto, todo mundo paga IPTU: ou porque é dono, ou porque aluga. Então, se por acaso, o teu imóvel não vai sofrer aumento, mas a tua filha que está pagando aluguel vai sofrer. Todo mundo, de uma maneira ou de outra, vai acabar sofrendo o impacto do aumento do imposto. Esse imposto vai atingir a Cidade inteira. Os proprietários de imóveis e também os que não são proprietários, mas que pagam aluguel. Afinal, quem paga o IPTU é quem paga o aluguel. Então, nós vamos estar, efetivamente, onerando as famílias porto-alegrenses num momento de crise, num momento de dificuldade financeira em que se encontra o nosso País. E não é possível que, sobre o manto da argumentação de que algumas emendas possam beneficiar A, B ou C, se vá aprovar o projeto. Nós vamos votar contra o projeto. Talvez sob a égide de que as emendas suavizam e tornam o projeto não tão, digamos assim, impactante negativamente para a sociedade, nós possamos estar, sim, aprovando algumas emendas por cautela, mas sob hipótese alguma pode haver algum entendimento de que a aprovação das emendas no remete a um compromisso de aprovar o projeto. Nós votaremos contra o aumento do IPTU em Porto Alegre.

Na minha última intervenção que fiz na tribuna, ainda sugeri ao Prefeito Marchezan que na realidade ele fizesse um projeto, a exemplo de que fez Collares, quando era Prefeito, oportunizando que o cidadão regularize uma ou outra construção, aquele “puxadinho”, enfim, uma ou outra obra que se encontra irregular, porque, a partir do momento em que ela passa a estar regularizada, ela paga IPTU. Talvez 30% dos imóveis em Porto Alegre, hoje, não tenham averbado na matrícula uma extensão que foi feita. Só aí nós teríamos um implemento importante e que traria um retorno interessante para a Cidade. Mas de maneira nenhuma, aumentando alíquota, aumentando imposto progressivamente, geometricamente, aritmeticamente, isso é tudo conversa para quem quer ao final onerar o cidadão, e nós não podemos concordar com progressividade, com nenhum tipo de escalonamento que, num primeiro momento, vai aumentar um pouco, depois mais um pouco, depois mais um outro tanto, depois mais um monte. Porque ninguém aguenta mais falar em aumento de imposto, muito menos na realidade da crise econômica que enfrenta o nosso País. Fica a nossa contribuição para o debate desta tarde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudá-lo, Ver. Nagelstein, comandando os trabalhos; saudar as Sras. Vereadoras, os Srs. Vereadores; e os demais contribuintes que estão aqui na Casa e querem ver a repercussão da votação desse imposto. Primeiro quero fazer uma retrospectiva, até para deixar bem claro. Quando a gente vota e tem convicção de alguma coisa, tem que expressar. Já é a terceira vez que eu passo por esta Casa e, em 2001, o PT quis fazer este mesmo sistema progressivo, a maioria não deixou. Eu estava aqui, portanto, não deixamos passar esse imposto progressivo, porque ia penalizar, naquela oportunidade, mais uma vez, a sociedade porto-alegrense. Também quero deixar claro que, como deputado, também jamais votei aumento de impostos, até porque, se aumentar impostos desse certo neste País, já estava tudo resolvido. A questão é de gestão. Fazendo uma retrospectiva, aqui nesta Casa, se votou para os funcionários da Fazenda o teto do Estado: R\$ 30 mil. Eles vieram aqui, disseram que iam recuperar o Município, a Fazenda, depois fomos ver que, devido ao aumento para R\$ 30 mil, eles agora querem taxar a população. Receberam o aumento e querem taxar a população mais uma vez, lamentavelmente.

Neste meio tempo, houve muitas mentiras nos jornais também. Quero citar aqui o meu bairro, Teresópolis. Pinçaram um imóvel, trouxeram para a baila, dizendo que se pagava um valor irrisório. Pinçaram alguns. Na minha região, onde eu moro, está aqui (Mostra documento.), eu paguei, à vista, R\$ 3.308,00, já com o desconto de 12%, portanto o valor é mais de R\$ 3.500,00. Quer dizer, pinçaram um imóvel com IPTU de trezentos e pouco e com o valor de R\$ 1,5 milhão. Em primeiro lugar, ninguém vende imóvel em Teresópolis por R\$ 1,5 milhão, isso é balela!

Então, esse imposto, novamente, só penaliza o cidadão. Até ouvi que isso ia recuperar as finanças do Município e que o Prefeito poderia não colocar mais, poderia suspender o projeto de aumento dos funcionários. Muita lorota! Aqui, o PT, a Ver.^a Sofia, diz que vai votar o progressivo. O PT?! Penalizando o cidadão, alegando justiça social, quando os mesmos pagam? Olha, se o PT está desse lado, é lógico que eu tinha razão. Eu não

posso votar com o PT. E o PT quer, Carús, amassar o cidadão mais uma vez. No Facebook do Marchezan, ele falou em 60% que não vão pagar – não disse quem são esses 60% –, mas não falou dos 40% que vão pagar sempre.

Em primeiro lugar – eu fui Secretário de Obras –, não se faz revisão dessa forma, por secretaria arrecadatória; se faz pela antiga SPM, que não tem mais – hoje, é SMURB, EdificaPOA. É lá que teria que fazer, analisando cada bairro da Cidade e vendo se realmente está defasado ou não. Esta Cidade tem milhares de imóveis sem habite-se, mas, para eles, é muito mais fácil, pela Fazenda, taxar o cidadão, principalmente a classe média, que sustenta este País! Eu acho que tem que ter isenção, sim, mas não pode sempre penalizar os mesmos. E o momento do Brasil é vergonhoso. Não existe momento adequado para aumento de impostos.

Para concluir, quero dizer que só votarei a emenda dos clubes, sobre a qual esta Casa se debruçou e vários Vereadores assinaram. Quanto às demais emendas, não que eu seja contra, mas eu não posso votar a favor porque votarei contra o IPTU e tenho que ser coerente. Um abraço a todos, e vamos dizer um “não” ao Prefeito que não quer discutir com a sociedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, eu fiz questão de trazer um *tweet* do então candidato a Prefeito, Nelson Marchezan (Mostra imagem.), em que garantiu, num debate feito na Rádio Gaúcha, que não se valeria da ferramenta do aumento de impostos para governar a Cidade. E vou deixar essa imagem aqui durante todo o meu pronunciamento, porque o projeto que hoje propõe, na prática, um aumento da cobrança do valor do IPTU, contraria todo o discurso de mudança apresentado pelo candidato Marchezan. O projeto, na prática, faz com que 59%, ou 442 mil imóveis, tenham aumentado o seu IPTU. É importante que se faça a revisão da planta de valores; há 26 anos não ocorre, mas, num cenário de crise e recessão econômica, é inoportuno.

Porto Alegre foi, segundo dados dos servidores e dirigentes da própria Receita Municipal, a capital brasileira com menor impacto frente à crise econômica em 2016, no que diz

respeito à arrecadação dos tributos. Nas receitas próprias, o ISS, o ITBI, a taxa da coleta de lixo e a dívida ativa tributária, houve só uma queda irrisória de 0,2%, diferente do que aconteceu em outras metrópoles e capitais brasileiras, em que a queda foi muito maior, como no Rio de Janeiro, com 5,3%; Salvador, com 2,5%; e em São Paulo, com 1,3%. Só em 2016, a arrecadação do ITBI em Porto Alegre representou um crescimento de 6,43% e o ISS se elevou em 3,30%. Isso é uma prova de que nós não temos que aumentar a arrecadação aumentando impostos. É preciso controlar a despesa, reduzir o gasto público, e o engraçado é que o Governo mudou muito de posição de janeiro para cá. Eu, mesmo, o Ver. Mauro Zacher e muitos outros colegas votamos favoravelmente nas duas etapas da reforma administrativa apresentadas aqui pelo Poder Executivo. E o que se vê é que nenhum resultado efetivo foi apresentado até agora, das 22 secretarias que foram extintas. Sabe por quê? As estruturas públicas continuam idênticas e gastando tanto quanto antes. Mas o Governo recorre às velhas práticas, que são as de aumento de impostos para incrementar a receita.

Não houve um tempo suficiente para que nós, Vereadores, e a sociedade nos apropriássemos de um projeto tão complexo para fazermos um debate dessa envergadura. Existem, com o aumento do IPTU, efeitos sérios e prejudiciais à economia local, aos negócios e que vão gerar desemprego na Cidade. O Governo admite que pode haver um acréscimo, ao longo dos próximo quatro anos, de 400% no valor que vai ser cobrado no IPTU, naqueles 59%, quase 450 mil imóveis. Isso é um tarifaço no bolso do cidadão de Porto Alegre. O Governo que está aí se diz liberal e proprietário de uma mudança nunca vista nos últimos anos da Cidade, discurso de campanha contrariado. E nós podemos dizer: eu defendi um projeto diferente, mas fomos derrotados nas urnas, mas continuo acreditando que aquele projeto ainda é o melhor para a nossa cidade.

Falta transparência no projeto sobre a metodologia do cálculo que é aplicada sobre o valor venal dos imóveis. O cidadão não sabe qual a fórmula que o Poder Público aplica para avaliar o seu imóvel; isso o projeto não diz. O discurso da redução das alíquotas é uma falácia econômica. A nova alíquota incidirá sobre o valor venal dos imóveis, ou seja, o valor a ser cobrado do cidadão será aumentado. Então, não adianta falar em redução de alíquotas. É falácia econômica, discurso para inglês ver. A previsão do atual Governo – e aqui se justifica a pressa e a forma açodada de como esse projeto veio à Casa – é de R\$ 300 milhões. Vamos arrecadar aumentando impostos? Vamos dar esse cheque em

branco? Já o demos na reforma administrativa, e a redução da maquina pública ainda não se materializou, porque a redução dos gastos ainda não foi comprovada. Esta Casa e a sociedade têm o dever de saber quanto se economizou e em quais áreas esses recursos serão investidos. Portanto, retirei três emendas de minha autoria por entender que o projeto poderia ser aperfeiçoado, mas não sou demagogo. Defendo outro projeto, defendo outro conceito de Cidade, sou independente nesta Casa, mas me posiciono de maneira contrária a tudo aquilo que faça o cidadão pagar a conta da crise. Sou contra o projeto que aumenta o IPTU em Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Aproveito o ensejo para saudar a direção de vários clubes que vêm ao Parlamento hoje, especialmente do Grêmio Náutico União, da Sogipa, do Geraldo Santana, da Federação dos Clubes e vários outros que identifico. Sejam todos muito bem-vindos, senhoras e senhores.

Aprego a Emenda nº 30, de autoria dos Vereadores Cassio Trogildo e Paulo Brum, ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 30 ao PLCE nº 013/17 às Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 30 ao PLCE nº 013/17.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria dos Vereadores Cláudio Janta e Dr. Thiago, à Emenda nº 03 ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores; público que nos assiste pela TVCâmara e aqui nas galerias; Vereadores e Vereadoras. Eu gostaria de manter a imagem que o Ver. André Carús trouxe na tarde de hoje, e destacar, mais uma vez, uma

das promessas de campanha do Prefeito desta Cidade: “Posso garantir que a ferramenta que vou usar não será o aumento de impostos”. Estranho, contraditório. Particularmente, acredito que a atualização da planta de valores está defasada, é necessário, porém o projeto foi enviado para a Câmara de Vereadores no dia 15 de agosto, um projeto pesado, um projeto que vai alterar significativamente o valor do imposto cobrado de muitas famílias desta Cidade. E esse projeto, que está tramitando sequer há um mês nesta Casa Legislativa, já está em votação de forma açodada, sem esclarecimentos à população, que será a impactada. Senhoras e senhores, não seria o caso de, num projeto de tamanha importância, o Prefeito, seus Secretários, servidores da Fazenda do Município, Vice-Prefeito sentarem, irem a cada bairro, e discutirem com a população, cara a cara, frente a frente, olhando no olho, dizendo para eles: “Olha, o impacto dessa região, o impacto dessa rua, o impacto daquela quadra será de tantos por cento; o valor passará de tanto para tanto”. E o cidadão poderia, então, calcular o quanto teria de imposto a mais ou a menos. Feito isso, reunindo com todas as regiões de Porto Alegre e esclarecendo as intenções do Prefeito, aí, sim, a população poderia, claramente, opinar sobre a possibilidade ou não de colocar em votação um projeto como esse. Mas esta fúria arrecadatória tomou conta do Prefeito. Eu não sou contra a atualização, parece-me muito boa a ideia de um IPTU progressivo nesta Cidade, porque dialogaria com os diferentes setores e segmentos da sociedade que existem. Para quem anda pela periferia da Cidade como eu e os meus colegas professores municipais, vemos que há uma desigualdade social brutal nesta Cidade, assim como em todo País. E, sim, as pessoas mais pobres devem ter isenção do imposto justamente por conta de termos aqui no Brasil um imposto sobre o consumo, que é igualitário para todas as pessoas, e que é extremamente injusto. Agora, levantar a questão da progressividade, que é benéfica, na minha opinião – e estamos aqui com o tempo de discussão aberto, estamos com 36 opiniões diferenciadas e muitas delas divergentes –, mas, para mim, a alíquota progressiva é algo positivo para esta Cidade, ela trabalha em consonância com justiça social. Sim, eu defendo a alíquota progressiva. Agora, essa implementação, a toque de caixa, sem diálogo, sem esclarecimento, e que poderá tributar em até 200% a mais o incremento no imposto territorial predial e territorial urbano, isso é insano! Nós vamos começar a votar algo que ninguém tem clareza suficiente para opinar, mas, obviamente, muitos, em afinidade com essa sanha arrecadatória ou em afinidade com essa ideia nova do Prefeito Marchezan em

dar governabilidade a sua gestão desastrosa, não cumpre com uma das suas promessas. A promessa que ele fez também, e que não me sai da memória, é que ele não acabaria com a segunda passagem, e nós tivemos um decreto – por isso não passou por esta Casa Legislativa – cortando a segunda passagem, uma promessa de campanha não cumprida.

Portanto, estamos aí justamente para debater e, de preferência, todas as emendas, com muita clareza, mas eu não ficarei atrelado à aprovação de emendas para rejeitar este projeto que não dialoga com a sociedade de porto-alegrense. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu vou ler de novo: “Eu posso garantir que a ferramenta que eu vou usar não será o aumento de impostos.” Gostaria que todos que subissem aqui lessem e repetissem esta frase, porque, na realidade, o Prefeito eleito fez as promessas que fez e hoje trai a sociedade. Ninguém suporta mais pagar imposto! Que a planta atual tem algumas injustiças, tem. Mas neste momento de crise, neste momento de dificuldades, com a crise que dizima empresas, que dizima empresários, que dizima famílias, que dizima empregos?! O Prefeito, que sequer deu 4% da inflação de reposição salarial aos funcionários públicos, quer aumentar o IPTU da sociedade entre 30% e 60%! E vem apresentar gráficos aqui: “Ah, porque tantas e tantas famílias não vão pagar das comunidades”. Mas nesse percentual já estão as famílias que não pagam, que invadiram, que fizeram a casa e não registraram a casa na Prefeitura, que têm a casa registrada, mas aumentaram a casa e não registraram o aumento da casa na Prefeitura... Agora, como é que pode isso? Eu já falei aqui e vou repetir: o Prefeito de Porto Alegre parece que não quer resolver o problema de Porto Alegre; ele quer resolver o problema da Prefeitura, ele quer resolver o problema dele, o caixa, para poder administrar. E ele sabia, como todos nós sabíamos. O PT governou por 16 anos esta Cidade. Quando o PT saiu, depois de 16 anos, o Fogaça assumiu, nós

assumimos, tinha uma dívida de R\$ 300 milhões. O Fogaça reuniu os secretários – até vou contar um segredo aqui – e disse o seguinte: o meu governo é daqui para frente, não vamos olhar no retrovisor, porque todos os governos querem fazer e, de certa forma, deixam uma dívida. Agora, o Prefeito que aí está é o maior cabo eleitoral do Fortunati e do Melo, porque ele só põe no colo do Melo e do Fortunati os problemas que Porto Alegre enfrenta, que são problemas históricos. Eu sempre digo que todos os prefeitos fizeram alguma coisa boa para Porto Alegre e tentaram fazer outras coisas que não deram certo. Agora, só olhar para trás, só culpar quem estava no governo, querer arrecadar... Eu mesmo já mandei várias sugestões para lá. Sequer respondem. Isso que mando um ofício para o Gabinete do Sr. Prefeito e pego a cópia. Sequer respondem! Então estou chegando a esta conclusão: ele quer salvar o Governo e a Prefeitura, penalizando a sociedade.

Sobre as emendas, voto contra o aumento do IPTU, voto contra o projeto, mas é óbvio que vou votar a favor de algumas emendas porque, se o projeto for aprovado, essas emendas vão melhorar o projeto. Então é óbvio que não é incoerência minha, que não é incoerência de ninguém aqui. Ah! Vou votar a favor de emendas e não vou votar a favor do projeto. Não, vou votar a favor das emendas e contra o projeto. Agora, se o projeto for aprovado, as emendas que aprovarmos vão melhorar o projeto. Então, não se trata de incoerência. Eu voto contra o aumento de IPTU. Esse não é o momento de sacrificar mais ainda a sociedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; colegas, pessoas que nos assistem; durante esse tempo todo em que foram apresentadas as questões que levaram o Prefeito Marchezan a trazer este projeto para a Câmara Municipal, eu escutei atentamente, fiz várias perguntas, pesquisei, pedi planilhas, escutei setores. Como fui empresária por 15 anos, eu sei bem que, neste País, no Brasil, ser empresário é um ato corajoso, pela carga tributária, pelas leis trabalhistas, pela falta de segurança. Então, eu, como Líder da Bancada do PP, só me manifestava quando me perguntavam, porque o

Vice-Prefeito é do meu partido, somos Governo, mas isso não significa que eu vá aprovar o absurdo. Não há espaço, neste momento, a nenhum tipo de aumento de imposto. A crise econômica atingiu toda a sociedade. Vejam bem, esta nota do jornal – como jornalista eu tenho o hábito de verificar, recortar, guardar, abrir pastas – diz, nada mais, nada menos, que a inadimplência em condomínios segue estável; quase oito mil lojas fecharam as portas no Rio Grande do Sul em 2016; fechamento de dez mil empresas ainda este ano em todo... Olha, chega a revoltar quando a gente vai lendo as notas e recebe também cartas como a do Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região – Sindha, eu tenho aqui nas minhas mãos e recebi de pessoas que trabalham, que dão duro, que estão enfrentando dificuldades, vejam bem: “É ponto pacífico que existem distorções na planta genérica de valores imobiliários de Porto Alegre, que precisam ser corrigidas, contudo não pode o Executivo Municipal, por falta de vontade política, ou por incompetência, valer-se de sua própria inércia de 26 anos e pretender atribuir toda essa carga tributária ao contribuinte em apenas quatro exercícios fiscais. Isso vai prejudicar a economia da Cidade.” A carta tem duas páginas e explica muito bem a realidade dos empreendedores. Para exemplificar, um setor hoteleiro situado no Centro da Cidade, pelo projeto, terá um aumento que varia de 80 a 120%, sendo que sua taxa de ocupação, em razão da crise, não tem ultrapassado a média de 40%, enquanto em outros bairros já está em 50%.

Eu teria tantos outros exemplos para citar para os senhores e senhoras, como uma pergunta que eu fiz ao Secretário da Fazenda, que não foi respondida: uma senhora que teve um ganho patrimonial, há trinta anos, num apartamento da Av. Independência, mas não teve esse ganho salarial trinta anos depois, o que ela faz? Atira-se pela janela? Tijolos não pagam conta, não significa que patrimônio, num mercado recessivo, queira dizer que o proprietário tenha capacidade de arcar com a tributação aumentada sobre o mesmo. Trata-se de um projeto de lei que afeta diretamente a vida de todos os porto-alegrenses. Sabemos, é certo, que existem distorções, mas não é momento, não dessa forma. Por que não mandaram para cá uma planta – poderiam, na minha opinião –, uma revisão de planta, um PL sem o aumento? Por que não mandaram? Não entendo.

Para finalizar, eu quero mostrar aos senhores que, em 2001, quando meu pai foi Vereador nesta Casa, acompanhado pelo Ver. João Antônio Dib, no Partido Progressista, o Governo, naquela ocasião, era o Prefeito Tarso Genro, ele enviou para cá o mesmo

projeto: IPTU progressivo. Ali, o Líder do PP, Ver. João Antonio Dib, lamentou o tempo reduzido da tramitação, e o Ver. Pedro Américo Leal disse que não votaria de forma alguma em nenhum tipo de aumento de impostos. Nós já temos impostos demais e tivemos aumentos de impostos estaduais, federais, e não temos nada, não temos saúde, não temos educação, não temos segurança. Então, este projeto não conta com o meu apoio. Não aprovo nenhum tipo de aumento que vá onerar a vida do contribuinte porto-alegrense, nós já temos aumentos suficientes. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Presidente Cassio, colegas, volto à tribuna atento à manifestação de todos os Vereadores, Vereadoras, também a todo o mundo que nos acompanha na tarde de hoje. Em primeiro lugar, eu gostaria de responder aos Vereadores que me antecederam, principalmente ao Ver. André Carús, questionando a redução e a economia do Governo Marchezan. Nós temos – depois, o nosso Secretário, agora Vereador, Ricardo Gomes, poderá me atualizar os dados –, pelo que eu sei, uma economia aproximada de meio bilhão de reais. Então, vir aqui na tribuna dizer que este Governo não está cortando, fazendo enxugamento, tratando desse lado, no mínimo, é desconhecer a verdade ou trabalhar uma verdade de uma maneira para beneficiar e talvez arrancar aplausos de alguns setores. Nesse sentido, eu queria deixar claro que nós temos uma opção aqui: não corrigir a planta de valores, fazer o discurso fácil, interpretar a rediscussão da planta de valores corrigindo graves distorções e ficar só dizendo para a população que é aumento de imposto, para ser aplaudido. Este projeto não visa ao aumento de imposto; este projeto visa, sim, ao que chamamos de justiça tributária. Por quê? E aí quero deixar claro com muita calma: haverá aumento? Sim, haverá um aumento médio de 14% no boleto, gradualmente – estamos aqui discutindo isso. Tem emendas para discutir isso. E a democracia aqui vai falar mais alto, e vamos ver os votos aqui dos Vereadores. Eu não posso deixar de trazer dados aqui que são importantes. E aí eu queria responder direto para o Ver. André Caris que nós compreendemos o Governador Sartori, por exemplo, a dificuldade financeira e, quando a bancada nossa... E

eu estou falando como Vereador, não estou falando neste tempo aqui como Liderança de Governo, estou falando aqui como Vereador da Capital, Vereador do PSDB. E queria lembrar ao Ver. André Carús que nós, mesmo sendo uma medida impopular, votamos juntos na questão do ICMS, porque achamos que era justo naquele momento, entendendo a gravidade do Governo do Estado. E parece que vários outros aqui fizeram um posicionamento e agora fazem outro. Então, é difícil a pauta? Sim, mas o Governo Marchezan tem esse mérito. São 26 anos sem rever uma planta. Ora, a Cidade não cresceu em 26 anos? Novos bairros surgiram, imóveis foram desvalorizados, bairros foram sucateados e outros foram valorizados. Olha só, nós temos que ter um cuidado aqui, eu já falei nesta tribuna, que a gente pode defender um bairro que teve uma grande valorização, nada contra os bairros supervalorizados. E aí eu pego um pouco da fala de Vereadores aqui que sempre defenderam que os que têm imóveis supervalorizados paguem um pouco a mais, para que aquela camada da população que realmente está desempregada, aquela camada da sociedade que passa muito mais trabalho para pagar os impostos tenha redução no seu IPTU. Então, vamos deixar claro, eu vou eleger fazer a justiça tributária e falar das pessoas que vão ter reduções e isenções de IPTU, mas, para que isso seja viável e possível, eu, com o meu imóvel, vou pagar um pouco mais, porque eu não estou pagando a mais, gente. Eu preciso concluir dizendo, no meu imóvel que valorizou e dobrou de preço desde que comprei, eu estou devendo, para essa correção, para aquela pessoa que está pagando a mais injustamente. A minha família tem um imóvel na Independência que, vamos dizer, custa R\$ 1 milhão; é justo que a minha família pague o mesmo IPTU que um morador da Lomba do Pinheiro? Não, não é justo. Então eu estou aqui para dizer que não é aumento de imposto; é correção e justiça tributária. São 26 anos, quase três décadas. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde a todos e todas. Desde a semana passada, a pergunta que nós ouvimos, nós, do Partido dos Trabalhadores, é qual é a posição do PT. É incrível como na cabeça de

algumas pessoas o projeto parece ter sido criado pela Bancada do Partido dos Trabalhadores. Isso, de uma certa forma, revela a importância da nossa posição a ponto de preocupar muitas cabeças da nossa Cidade. E, realmente, a questão da progressividade, que está contemplada no projeto, com defeitos – e algumas das emendas tentam corrigir isso –, foi tentada nos anos de 1990 com o Prefeito Olívio Dutra e com o Prefeito Tarso Genro. Foram derrubadas na Justiça, porque, até então, não tínhamos o Estatuto da Cidade, que justamente prevê a progressividade no tempo, inclusive para evitar os vazios urbanos e a especulação imobiliária.

Então, a primeira questão a ser colocada aqui é que não se trata de um projeto do Marchezan. O Marchezan apresenta um projeto discutido dentro da Secretaria da Fazenda, discutido na Cidade. Quero dizer que, apesar de o projeto ter chegado há pouco tempo na Câmara, o tema central da progressividade é um tema já debatido desde os anos 1990 e apresentado pelo Partido dos Trabalhadores e pela Frente Popular para esta Cidade. Portanto, a contradição, numa eventual aprovação do projeto com os nossos votos, não está em nós, está num discurso liberal, fácil de fazer para a população. Inclusive está ali a imagem que o Ver. Carús colocou do próprio Prefeito Marchezan. Portanto, a contradição não é do Partido dos Trabalhadores; a contradição é, na melhor das hipóteses, do próprio Prefeito Marchezan.

E nós temos aqui a questão central, uma progressividade. Nós temos aqui uma tarde de 30 emendas que analisaremos. Portanto, a nossa posição dependerá muito da aprovação ou da rejeição de muitas emendas. Inclusive, nós apresentamos emendas que tratam da progressividade no tempo, como falei antes, para combater os vazios urbanos e a especulação imobiliária, e claro que temos debates relativamente novos, como a questão dos clubes, a questão das casas geriátricas e outras emendas que ainda no decorrer da discussão do projeto podem aparecer.

Então, com muita tranquilidade, estamos aqui analisando cada emenda e temos posição; basicamente, é a posição defendida pela Partido dos Trabalhadores nos anos 1990. E me parece um pouco esquizofrênico que, aqui, parece que ninguém discorda da atualização dos valores da planta. Esta é a maior mudança real na questão do impacto dos impostos. É a atualização da planta com a qual parece ninguém discordar. Então me parece bastante contraditório, quando os Vereadores sobem aqui e falam contra o aumento de impostos de uma forma genérica, mas são a favor, até porque é difícil ser contra, da

atualização da planta, em que há mais de 20 anos não é atualizada. Então há uma contradição no próprio discurso. Se você é contra o aumento de imposto, que neste caso para alguns irá aumentar de forma justa, e eu vejo que há distorções, realmente tem casos que poderiam não ser aumentados, a própria Ver.^a Fernanda trouxe exemplos, mas não invalida a ideia central que está contemplada no projeto, que é, primeiro, a atualização da planta; e a progressividade dos impostos.

Então estamos muito tranquilos para, durante esta tarde toda, discutir o projeto. Acredito que, para quem está aqui acompanhando o debate, pela quantidade de emendas e por terem sido destacadas, portanto, podem ser debatidas amplamente pelo conjunto da Câmara, provavelmente, não será votado nesta tarde. Teremos que ir adiante, talvez, inclusive, em sessões extraordinárias, e, provavelmente na quarta-feira, sim, conseguiremos chegar a uma votação. Então dependerá a nossa posição de como se comportará a aprovação e rejeição das emendas, inclusive das nossas próprias emendas que tratam do IPTU progressivo no tempo, e da questão – a emenda do Ver. Robaina, e várias vezes o Ver. Adeli já tinha levantado esse tema – de que não dá para tratar imóveis de R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão como iguais a imóveis de R\$ 2 milhões, R\$ 3 milhões. Então é um outro tema sensível que nós vamos debater aqui e a nossa posição resultará da aprovação ou rejeição das emendas. Esta é a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. MAURO ZACHER: Senhoras e senhores, eu volto a esta tribuna para discutir o projeto que nós iremos enfrentar na tarde de hoje. Espero que nós possamos derrotá-lo, espero que o Governo tenha a sensibilidade de retirar o projeto da ordem do dia, para que nós possamos dar o tempo necessário e a transparência necessária para discutir e debater um projeto da importância e da relevância desse impacto na vida das pessoas e na economia da Cidade. Não podemos deixar de ter muito claro o cenário econômico em que vivemos com retração na economia e desemprego, o que tem feito com que as Prefeituras, também, diminuíssem suas arrecadações, mas não só suas arrecadações,

mas também os repasses da União e do Governo do Estado. Isso tem feito os Prefeitos tomarem atitudes sérias, diminuindo a máquina pública no exercício diário de enfrentar a crise e seus problemas de caixa. No entanto, diferentemente de outras cidades, de outras capitais, Porto Alegre tem enfrentado a crise e a diminuição da receita com criatividade e com o aumento de receitas municipais. Basta ver os gráficos e os indicadores que mostram que essa curva, desde 2014, cai em relação aos repasses da União e do Estado e cresce em relação às receitas municipais. Então, nosso grande problema não está nas receitas municipais. Ora, realmente temos que atacar e fazer o exercício diário que o Prefeito tem feito para possamos enfrentar a crise. É claro que a Prefeitura e nós Vereadores somos cobrados todos os dias por melhorias e serviços, seja na educação, nos serviços, nas praças, nas ruas; somos cobrados pela finalização de obras importantes que temos ainda inacabadas. No entanto, o caminho mais fácil para qualquer gestor é esse que a Prefeitura quer, aprovando esse projeto. Fazer o discurso da atualização da planta de valores do IPTU, o discurso da justiça social, mas, por detrás, Lino, é claramente política fiscal agressiva que tem a pretensão de arrecadar mais de 300 milhões de reais que sairão dos nossos bolsos, que sairão dos bolsos dos cidadãos, que sairão dos investimentos que a Cidade tanto aguarda. Temos o IPTU *per capita* não distante de outras capitais; pelo contrário, temos o IPTU *per capita* muito próximo, o que quebra com o discurso do Governo, que tenta aprovar esse projeto de maneira rápida, em regime de urgência, não permitindo que esta Casa e a sociedade faça o devido debate com a transparência necessária para que possamos aprovar, e principalmente atacar as injustiças que nós temos, distorções. É verdade! Tem pessoas pagando menos do que deveria, e é isso que temos que atacar. Há sistemas, há inovação necessária disponível no mercado para que a Prefeitura possa fazer isso de maneira rápida, possa atacar as distorções, que possamos atacar a dívida. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Há, por parte de nossos fiscais da receita e procuradores, um grande esforço para que possamos atacar uma dívida pública na ordem de R\$ 2 bilhões. É por isso que quero aqui debater com os colegas, se iremos votar. Vocês já sabem da posição do PDT porque os colegas do meu Partido já se manifestaram da tribuna. Nós iremos votar contra porque entendemos que é necessário tempo, transparência, e há outros mecanismos capazes de trazer arrecadação para o Município para que o Município possa enfrentar seus

problemas de caixa. O que o Governo apresenta aqui não é a nova atitude, é a velha, a mais perversa atitude, que faz com que o cidadão, com que a classe média venha a pagar essa conta que não é dela. Contem com esse Vereador!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o que nós, Vereadores, estamos fazendo hoje, aqui e agora, com as emendas, é tentando ajustar o projeto, visando a diminuir o impacto da atualização da planta de valores. Ninguém quer ou gosta de aumentar imposto, ninguém! Muitos amigos meus têm estranhado minha posição em favor do projeto. A verdade é que a planta de valores no geral está extremamente defasada. Aumento de imposto nunca será totalmente em momento oportuno, nunca. Acontece que eu, como Vereador, sinto-me responsável, eu penso na Cidade. Todos sabem que a situação financeira da Prefeitura é extremamente difícil. A folha salarial já está atingindo o limite prudencial, e até dezembro, atingirá o limite geral da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é muito grave. Provavelmente, já em novembro serão juntadas duas folhas sem pagamento, ou seja, com parcelamento pequeno. Com a falta de recursos, senão aprovado esse projeto, em dezembro, o 13º salário não será pago, juntando as duas folhas e não pago o 13º salário, estamos sujeitos a enfrentar greves. Os serviços certamente serão afetados pela falta de recursos. Isso sem falar nos investimentos na área da saúde, educação e segurança. A Prefeitura já economizou R\$ 600 milhões até o momento: está vendendo imóveis e fazendo parceiras para reduzir o seu custo. Tudo isso será insuficiente, se não for aprovado esse projeto. Essa é a minha grande preocupação.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Lino Zinn está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. LINO ZINN: Srs. Vereadores, o que está em jogo aqui não é uma revisão da planta. O Líder do Governo falou aqui que fácil seria não aumentar, mas a gente sabe que o fácil é aumentar! É sempre mais difícil atacar a despesa, é sempre mais difícil mostrar o resultado do trabalho; aumentar impostos é sempre a saída mais fácil. Então, a gente não vai engolir agora aqui que o Governo está fazendo um trabalho para a Cidade, um trabalho que não é para este Governo, para esta gestão. É um trabalho para folgar o caixa desta Administração. Se a gente não pôde acreditar no Marchezan em campanha, quando ele se comprometeu a não aumentar impostos, por que a gente vai aprovar um projeto hoje aqui que a gente não tem clareza de como foi feito, que não existe uma ferramenta de cálculo, em que a gente tem distorções absurdas? Qual é a segurança de aprovar algo de alguém que já faltou com a verdade? Os gráficos mostram uma realidade que o Prefeito quer mostrar, que o Governo quer mostrar, mas o fato é que Porto Alegre está entre as capitais com maior arrecadação de IPTU e ponto, ponto final. O resto todo é balela, é mentira para aumentar impostos. E o contexto, qual é? O contexto é que nos últimos anos, do Plano Real para cá, a carga tributária aumentou de 25% para quase 40%. Então, agora é uma disputa de qual Poder aumenta mais impostos e, porque a Prefeitura não aumentou, quer aumentar agora. O cidadão que está em Porto Alegre, está inserido num contexto de uma carga tributária absurda, e passar para ele, agora, esse ônus, neste momento, é um golpe de misericórdia no comércio, senhores, andem nas ruas; andem nas ruas antes de fazer essa votação e olhem as lojas fechadas. Ontem, andando pela Rua 24 de Outubro, eu contei dezenas de lojas, em poucos quarteirões, fechadas; cada loja dessas, há cinco, seis anos, estava gerando dez, quinze empregos. Então agora, neste momento, autorizar este aumento é sentenciar essas lojas a continuarem fechadas e pegar as lojas que já operam no limite e matá-las. É isso que o Governo quer? Esse é o novo tempo? Isso é jogar Porto Alegre na escuridão, torná-la uma Cidade mais violenta e perigosa para todos nós. Quem está preocupado com a população de Porto Alegre... E não venham com discurso de proteger os mais pobres, porque é justamente o pessoal da periferia que trabalha no comércio, então esse discurso não cola. E quem mora de aluguel, não são as pessoas que têm menos recursos? Esse discurso de ajudar os mais pobres é uma falácia para aumentar, arrancar R\$ 300 milhões, e botar Porto Alegre como a segunda capital que mais arrecada *per capita*. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é preciso dizer algumas coisas que ainda não foram ditas, é preciso mostrar alguns números que ainda não apareceram, é preciso lançar uma luz que ainda não foi lançada. O Ver. Moisés, por quem eu tenho muito carinho, diz que não é um projeto de aumento de impostos, é um projeto de revisão da planta. Se for assim, Ver. Moisés, eu espero que o Governo apoie a Emenda nº 32, que permite a revisão da planta sem o aumento de impostos. É isso o que eu espero, se ele não for um projeto de aumento de impostos; mas ele é, porque é um projeto – e esses são os números que não apareceram – que aumenta a arrecadação do Município de Porto Alegre em R\$ 284 milhões por ano – não no primeiro ano, é verdade, mas, depois de consolidado, R\$ 284 milhões –, 0,3% do PIB da Cidade. São R\$ 284 milhões que sairão do bolso das famílias de Porto Alegre para os cofres públicos. Sim, Porto Alegre está quebrada, mas não temos só duas opções, Ver. Moisés, temos três: atualizar a planta sem aumentar a arrecadação, que, aparentemente, não é o que o Governo quer; este projeto do Governo, que é aumento de imposto sobre a sociedade; ou atacar as despesas. O que foi que quebrou Porto Alegre? Porto Alegre, sim, está quebrada. Não foi a falta de dinheiro. A arrecadação de Porto Alegre subiu, de 2010 a 2016, 2,13% acima da inflação – a arrecadação cresce mais do que a inflação –, e as despesas subiram 2,73%, ou seja, a arrecadação subiu, mas a despesa subiu mais. Onde está o nosso problema, é na falta de IPTU ou é no gasto desenfreado? Os gastos com pessoal subiram, de 2010 a 2016, 11% acima da inflação, e a receita 2%. Onde está o problema, é na falta de IPTU ou é no gasto desenfreado com pessoal?

Nós, nesta Câmara, temos a oportunidade de corrigir os erros do passado, e não de repassar a conta novamente sobre o pagador de impostos.

Entre 2015 e 2016, fecharam, no Rio Grande do Sul, 17 mil lojas! Dezessete mil lojas fechadas! Quantas estão na linha d'água e serão afundadas com esse projeto!? O empreendedor terá dois problemas: o seu IPTU, seu custo subirá, e o seu consumidor, empobrecido pelo novo IPTU, deixará de consumir. Menos receita e mais custo. O que

isto faz com o empreender de Porto Alegre? O que é que nós queremos? Mais impostos sobre uma sociedade cada vez mais pobre, ou nós queremos que a receita do Município suba porque a sociedade tem melhor atividade econômica. Esta é a decisão que temos que tomar hoje. Esta é a decisão que está sobre as nossas mesas. Queremos uma economia pujante, e que o Município arrecade em razão disso, ou queremos uma sociedade empobrecida, com cada vez mais impostos. O que acontecerá com a inadimplência com este aumento? Obviamente subirá. E o que acontecerá com as pessoas inadimplentes? Pelo projeto, aprovado nesta Casa, serão negativados no SPC, Serasa, protestados. Que impacto terá isso na economia de Porto Alegre? Essa não é uma reforma da planta. Este é um aumento de imposto, travestido de reforma de planta. Se não o for, a emenda 32 deverá ser aprovada. Ajuste fiscal se faz na despesa e não na receita. A história do Rio Grande do Sul mostrou isso. O único governo deste Estado que não produziu déficit, não aumentou impostos. Rigotto aumentos impostos, déficit. O momento inicial subiu a receita, depois a economia parou. Nós queremos que pare a economia de Porto Alegre? Não. Para isso não ao aumento do IPTU, Sr. Presidente, para não parar a economia de Porto Alegre, não ao aumento do IPTU. Se o que se quer é revisão de planta, é possível fazê-la sem aumentar em R\$ 284 milhões a arrecadação da Prefeitura. Estamos em crise. O maior desemprego, 10% de Porto Alegre está desempregado. É o momento de tirar dessas pessoas R\$ 284 milhões para colocar nos cofres públicos? Eu acho que não. É verdade, a planta não é corrigida desde 91, mas em 91 a carga tributária do País era de 27%; hoje é 39. É sempre no bolso do contribuinte que a conte estoura. Corte de despesa, parabéns Prefeito Marchezan, meio bilhão! É por aí, não pelo aumento de imposto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Cidade está esburacada, a Cidade está mal cuidada. Hoje foi mostrada aqui a desgraça, a incompetência do DEP, que vem há bastante tempo, haja vista o que foi dito sobre as bombas da entrada da Cidade. Nós estamos vendo que há problemas gravíssimos em

várias áreas, com o Governo municipal chegando a atrasar e parcelar salários. Precisa cortar despesas mais do que urgentemente. Antes de o Governo Marchezan assumir o Legislativo Municipal dissemos para olharem a barbaridade de carros locados na Prefeitura! Verifiquem a festa dos telefones celulares. Verifiquem o número de CCs, e foi anunciado que iria ter um corte drástico no número de CCs e não teve; é um entra e sai permanente. A nossa postura de fiscalização, de vigilância, foi da primeira hora e continuará assim durante todo o Governo, porque como já dizia o Ver. João Dib, mais do que fazer projetos o Vereador fiscaliza; o Vereador é o fiscal do Executivo - essa é uma das funções importantes. Esta Casa, pelo número de emendas que está apresentando, seja dos que votarão a favor ou contra, são inúmeras. Mas nós vamos nos pautar... Fui o primeiro Vereador a fazer o debate antes de entrar em pauta, Ver. Mauro Pinheiro, quando o Secretário Leonardo esteve aqui, aponte o primeiro erro na tabela: valores de R\$ 500 mil até R\$ 1 milhão, sem uma faixa intermediária. O Governo reconheceu que precisa ter uma faixa de R\$ 750 mil - esta emenda está apresentada. E o mega e os supercaríssimos imóveis, como nas zonas fiscais, não vamos resolver todos esses problemas. Alguém falou antes aqui que ainda fica na Região Fiscal 3 alguns desses equipamentos. Nós colocamos uma alíquota de 0.9, que vai pegar 600 propriedades; uma alíquota de 1.0, que pega 80 propriedades e, finalmente, 1.1, que pega 17 propriedades. Acima disso, não tem. Esta foi a nossa posição desde o início: estudada, olhada com lupa. Haverá problemas? Sim, haverá problemas. Podemos corrigi-los num próximo período. Se não aprovarmos até quarta-feira, não teremos a noventa; portanto, não entrará em vigor no ano que vem. Nós vamos continuar, porque o Vereador que me antecedeu lembrou que há 26 anos nós se mexe na planta, que hoje nós temos distorções inaceitáveis, onde alguns que deveriam pagar, não pagam nada ou pagam menos do pagaria um pequeno terreno na periferia. Isso está errado. Nós queremos corrigir. Acho que nós não conseguiremos fazer a planta ideal, por isso que ela se chama planta genérica de valores; vamos fazer adaptações, vamos fazer algumas mexidas por algumas emendas. E, finalmente, para não prejudicar alguns setores, levantamos um outro debate para não prejudicar alguns hotéis tradicionais do Centro da Cidade, alguns serviços, vamos mexer no INSS, porque não queremos quebrar empresas, como também foi colocado aqui por outro Vereador. Nunca fizemos isso. Eu sou um dos defensores do setor produtivo, enfim, do turismo e dos negócios da Cidade. Se as emendas vierem

nessa linha, nós vamos aprovar este projeto, vamos fazer justiça fiscal e tributária. É isso que nós pensamos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, eu queria reforçar os nossos argumentos, que demonstram que aqui em Porto Alegre, sim, necessitamos de justiça tributária, necessitamos de uma política tributária com caráter progressivo, com a ideia de quem tem propriedades de maior valor paguem mais do que aqueles que têm propriedades de valor menor – tudo isso é certo. Embora o projeto tenha a progressividade, ele não dá garantias; ao contrário, nós temos demonstrado que o projeto ataca muitos setores da classe média e da classe trabalhadora. Então, então a progressividade não é em si sinônimo de justiça tributária; ela é necessária, mas não suficiente justamente porque estamos num momento muito grave, onde não é possível aceitar que a classe trabalhadora e a classe média tenham uma maior tributação. O Governo não teve condições, não teve capacidade ou não teve vontade de apresentar um projeto que fizesse com que houvesse a atualização venal dos imóveis, mas que essa atualização não significasse um aumento dos tributos para a classe média e para a classe trabalhadora. Esse é o primeiro ponto muito importante, porque numa crise como a que estamos vivendo, é óbvio que um partido que tem a lógica de defesa da classe média e da classe trabalhadora, como é o PSOL, não pode aceitar que haja esse aumento de tributos. E nós temos um outro problema: o Governo Marchezan, durante a sua campanha eleitoral - e o Vereador Carús mostrou isso -, disse que não estava no seu propósito aumentar impostos. Então, o Governo Marchezan fortaleceu uma determinada consciência de que não se pode aumentar impostos em hipótese alguma. Nós, do PSOL, aceitamos o aumento de carga tributária, nós não somos contrários a que haja aumento de carga tributária, mas nós fazemos um corte, desde que seja para os ricos e para os muito ricos. Por isso, inclusive, que nós aceitamos, por exemplo, cobrar, taxas os times de futebol como o Grêmio e o Internacional. Nós achamos que isso é certo, é correto, mas nós não aceitamos a ideia da tributação maior sobre a classe trabalhadora, e o Prefeito

Marchezan fez uma campanha dizendo que não necessitava aumentar impostos, fortaleceu essa ideia, e depois de nove meses no Governo vem e quer que a Câmara de Vereadores em um mês aprove um projeto que pode significar um tarifaço, um imposto sobre alguns setores. Então não é correto um partido de oposição dar esse cheque em branco ao Governo, por uma razão óbvia: o Governo, ao longo desses nove meses, tem demonstrado que ele não tem compromisso com a melhoria das condições de vida da população, infelizmente. É um Governo de conflito, contra servidores públicos, que tem tentado fortalecer uma ideologia da privatização do desmonte do serviço público, que sequer estabelece uma relação com a sua própria base social, e não cabe a nós, da oposição, resolver os problemas que o Governo não tem resolvido. Nós não queremos, desse ponto de vista, fortalecer o Governo, porque o sinônimo do fortalecimento do Governo não é, infelizmente, a melhoria da Cidade, porque cada uma das atitudes do Governo tem demonstrado que é um Governo intolerante com a oposição, intolerante com a cidadania. Por isso o PSOL não dará o voto.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação da Emenda nº 21 ao PLCE nº 013/17, em razão de termos protocolado a Emenda nº 25, de nossa Bancada, que trata do mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vereador, foram aprovadas no relatório as emendas até a Emenda nº 22, então deve ser requerimento por escrito para ser votado. Aguardo encaminhamento; assim que chegar, votaremos a retirada. Todas aquelas emendas que têm parecer precisam ser votadas.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Ver. Cassio; demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara, é incrível assistir aos Vereadores discursando, cada um pensando em alguma coisa, menos pensando, Ver. Tarciso, no bem da Cidade como um todo. Alguns Vereadores discursam pensando e olhando se vai aumentar ou diminuir o imposto sobre a sua casa, seu patrimônio: será que meu imposto vai aumentar? Não está preocupado com a sua relação com a Cidade.

Outros Vereadores aqui estão defendendo seus eleitores e não a Cidade como um todo. Até, com todo respeito a todos os Vereadores, vejo aqui o Ver. Ricardo Gomes vir a esta tribuna com muita vontade de expressar seu pensamento, dizendo que está preocupado com o aumento de imposto. Eu já não diria aumento de imposto. Eu vejo, como o Ver. Adeli Sell, Ver. Ricardo Gomes, como todo o respeito, como um ajuste de uma Cidade. Faz tempo que algumas pessoas deveriam pagar um imposto maior, porque tem seu patrimônio em local privilegiado, mas pagam menos do que aquele que tem imóvel situado lá no Extremo-Sul de Porto Alegre. Aí fico preocupado! Vereador Ricardo Gomes, tudo bem, a grande maioria dos seus eleitores está no bairro Bela Vista, aí o motivo da sua preocupação com eles, mas, Vereador, na verdade é uma injustiça fiscal. Já deveriam estar pagando esse valor há mais de 20 anos, o que os Governos passados não tiveram coragem de mudar. A mesma coisa digo para o Ver. Dr. Thiago: no Extremo-Sul, onde está seu maior reduto, 98% do bairro São Caetano vai diminuir o imposto ou ficar isento. No bairro Lageado, 97,97% vai diminuir o imposto ou ficar isento; na Restinga, 96% vai diminuir o imposto ou ficar isento; o bairro Rubem Berta vai ter o imposto reduzido; o bairro Mário Quintana vai ter o imposto reduzido; o bairro Leopoldina vai ter o imposto reduzido. E o pessoal está preocupado que no bairro Bela Vista vai ter um reajuste que já deveria ter acontecido há mais de 20 anos. Onde está a justiça com eleitor, com a Cidade. Não devemos votar aqui pensando se o meu apartamento vai ficar mais caro ou mais barato, Ver.^a Mônica, mas, sim, a preocupação com a Cidade. A justiça tem que ser feita preocupando-se com a Cidade, até porque com a emenda do Ver. Cassio – tenho certeza de que será aprovada –, esse projeto se dilui em até 12 anos. Então, eu não vou votar no projeto para o Prefeito Marchezan, estou preocupado em votar um projeto para Cidade. A Cidade passa por um momento em que nós temos que fazer uma revisão que já deveria ter sido feita há anos. Agora, para alguns falta coragem: “O que o meu eleitor vai pensar? Aquele cara que vota em mim...” Nós não devemos votar projetos pensando em eleições, nós temos que votar nos projetos pensando na Cidade e preocupados com a Cidade. Nós passamos, sim, por um momento difícil para todos, Ver. Ricardo Gomes, e nós temos que superar em conjunto. As dificuldades são imensas, crise econômica e política, passamos por um mau momento, mas esses reajustes vão ser para aqueles que realmente devem ser reajustados. O valor do IPTU do meu apartamento vai subir, mas eu me preocupo com a Cidade, não com o meu patrimônio, se vou ter que pagar mais ou menos imposto.

Portanto nós temos, Vereadores, é que nos preocupar com a Cidade. Este é um momento de crise, e todos nós temos que fazer aquilo que é melhor para a Cidade e não pensar em eleições 2018 e 2020.

O Sr. Ricardo Gomes: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, o saudando apenas digo que se o senhor diz que estou em defesa de alguns bairros, eu indago ao senhor: em defesa por quê? Estão eles sob ataque? Este é um projeto que ataca bairros que precisam de defesa?

O SR. MAURO PINHEIRO: Este é um projeto que faz justiça social, é um projeto que vai buscar a justiça social que não tem sido feita nos últimos anos nesta Cidade. Eu falo com isenção porque não faço parte do Governo do qual V. Exa. faz parte, não votei no Prefeito Marchezan, mas vejo que este é um projeto que busca justiça social, por isso votarei favoravelmente ao projeto, mesmo sabendo que algumas pessoas ficarão descontentes porque poderão ter reajustado o imposto sobre o seu imóvel. Eu tenho que pensar na Cidade e não em uma ou duas pessoas ou em eleitores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Professor Wambert (Requerimento): Solicito a retirada de tramitação da Emenda nº 28 ao PLCE nº 013/17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, este é um projeto sobre o qual vários já falaram aqui - a cidade de Porto Alegre há 26 anos não corrige a planta de IPTU. Eu acho que seria passivo e teria 36 votos se fosse somente a correção da planta do IPTU que, há 26 anos, não é corrigida. Fazemos a correção da planta, e a Secretaria da Fazenda, que é capaz, tem as condições necessárias, chamaria lá o que tem de diferente e arrumaria. Estava resolvido o projeto. Só que o projeto é aumento, Ver. Mauro Pinheiro. É aumento. E, até hoje, a Fazenda não provou que não tem. E quando eu pedi para a Fazenda me trazer um documento, através do Líder, Ver.

Moisés, dizendo onde estavam as isenções e a redução, a Fazenda me trouxe uma amostragem. E aí o senhor citou aqui o bairro Lageado. Vereador Dr. Thiago, qual é o imóvel no bairro Lageado que custa R\$ 210 mil?

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Thiago.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: É um imóvel que a Fazenda me mostrou, no Lageado, no valor de R\$ 210 mil, na Estrada Jacques da Rosa, que passará para R\$ 279 mil, porque é o valor venal, gente! Qual é o valor venal? O valor venal está aqui. O jornal de ontem: na Restinga, Av. Econ. Nilo Wulff, R\$ 86 mil - um apartamentinho de um quarto. Na Malvinas, R\$ 95 mil; na Capitão Pedroso, R\$ 105 mil; na Rua David Cherman, R\$ 96 mil; na Rua Capitão Pedroso, R\$ 147 mil. Olha o que esta discussão toda está fazendo: especulação imobiliária em Porto Alegre, porque lá na Agronomia, na Estrada João de Oliveira Remião, já passou para R\$ 160 mil um imóvel, R\$ 137 mil, R\$ 155 mil. E aqui é tudo de um ou dois quartos. E o Ver. Cassiá diz que não existe imóvel de R\$ 1 milhão em Teresópolis, mas na Três Figueiras tem imóvel de R\$ 1 milhão, R\$ 1.650.000,00, só que a Três Figueiras não apareceu aqui na planta da Fazenda. Na planta que a Fazenda mandou e que eu pedi não apareceu Agronomia, Alto Petrópolis, Auxiliadora, Bela Vista, Boa Vista, Cidade Baixa, Higienópolis, Independência, Ipanema, Jardim Botânico, Jardim do Salso, Jardim Leopoldina, Jardim Planalto, Jardim Carvalho, Lami, Moinhos de Vento, Morro Santana, Mont´Serrat, Passo das Pedras, Parque Humaitá, Teresópolis, Tristeza, Vila Iapi, Cefer e Ipê. Na amostragem não vieram esses bairros, na amostragem nós não sabemos se nesses bairros teremos aumento ou redução, e aí vêm apartamentos com aumento na mesma... Eu vou pegar o exemplo da Azenha: na Azenha vem apartamento com redução de R\$ 112.491,00 reais, vai sofrer redução, Ver. Cássia, só que, na mesma Azenha, um apartamento de R\$ 112.281,37 vai sofrer aumento! Não são dados meus, são dados da Fazenda! Eu acho que, se nós vamos aprovar o projeto, temos que aprovar a emenda do Ver. Pujol, que prevê aumento de 10% em 12 anos, ou a emenda do Ver. Ricardo Gomes, que prevê somente a atualização da planta, a emenda do Ver. Cassio, que joga para 12 anos para fazer isso. Aí é fazer realmente a correção social deste IPTU; agora, em quatro anos corrigir o IPTU em 30% anualmente é enfiar a faca naqueles senhores que estão ali nas galerias, pessoas que geram emprego, que precisam manter aberto o seu comércio,

seu empreendedorismo, seu bar, seu restaurante, sua lojinha, seu comércio. Se nós andarmos pela Osvaldo Aranha, Protásio Alves, Assis Brasil, Farrapos, Azenha, o que nós vamos ver? Aluga-se, aluga-se, aluga-se, aluga-se, aluga-se, e o IPTU com um reajuste de 30%. Vão continuar alugando, porque ninguém vai empreender numa cidade que vive de comércio e serviço e que tem o salário parcelado pelo Estado do Rio Grande do Sul e pela Prefeitura de Porto Alegre.

O Sr. Lino Zinn: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Janta, parabéns pelas palavras, eu vi que o senhor comentou sobre a Emenda nº 32, dos Vereadores Ricardo Gomes e Camozzato. Eu queria saber a opinião do Governo. Se o Governo defende que esta é uma revisão. Eu queria que o Governo falasse então se é a favor ou se recomenda o voto nesta Emenda. Eu acho que o Governo diz que não quer aumento, age para ter o aumento e se omite para ter uma alternativa. Está faltando o Governo se posicionar referentemente à Emenda nº 32.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. VALTER NAGESLSTEIN: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, era o ano de 2009 quando o Prefeito José Fogaça me chamou ao seu Gabinete e me pediu que concentrássemos a nossa força para fazermos a revisão do Plano Diretor. Voltei para a Câmara de Vereadores, acho que a Ver.^a Fernanda já era Vereadora, o Ver. Adeli também, e busquei me aconselhar com aqueles que tinham mais tempo e mais experiência. Nesse contexto, acabamos por escolher que o Ver. João Dib presidisse a Comissão Especial do Plano Diretor. Levamos dez meses promovendo uma ampla discussão com a sociedade para, no final desse tempo, fazermos a revisão do Plano Diretor, que é um instrumento urbanístico de desenvolvimento da cidade. Eu digo isso, meus queridos colegas, porque normalmente o tempo cobra das coisas que são feitas sem a sua colaboração. Ver. Mauro Pinheiro, eu não vou votar aqui pensando na próxima

eleição, eu estou votando pensando nos compromissos políticos que eu tenho comigo ao longo da minha vida e com a minha coerência. Estou votando pensando no cidadão que saiu da sua casa e entregou a mim, quando me deu o seu voto, a sua esperança, que é algo que não tem preço, senhores. Eu estou votando porque as pessoas aí fora descreem em cada um de nós, agentes políticos, exatamente porque, no mais das vezes, a coerência nos falta. Nós rasgamos os nossos compromissos.

O meu querido amigo Moisés Maluco do Bem, o Barboza, que conheço de outrora, de outros carnavais. Nem eu imaginava que ia ser Vereador, nem ele imaginava ser Vereador, e eu já tinha por ele um carinho e um afeto, e vou lhe dizer o seguinte: a relação que o PMDB do Governador Sartori conseguiu construir com o PSDB é diferente da relação que o Governo Municipal tem construído conosco. Eu gosto muito do Moisés, gosto do Prefeito, e disse ao Prefeito, olhando nos olhos, na semana passada: não me interessa o fracasso do atual Governo, porque o fracasso do atual Governo significa, para mim, particularmente, a esterilização de uma posição política que eu gostaria que fosse bem sucedida. Mas desde o primeiro momento eu disse o seguinte: vamos fazer de outra forma. Vamos revisar a Macrozona 1; vamos fazer um inventário do Estoque de Índices; vamos organizar o Urbanismo – isso por um lado. Vamos facilitar os licenciamentos; vamos agilizar os licenciamentos; vamos reestruturar o Urbanismo, vamos fazer uma operação urbana consorciada; vamos olhar para regiões da Cidade que têm vazios urbanos; vamos dinamizar a economia da Cidade, gerar emprego, gerar obra, gerar ISS, gerar IPTU!

O que o Governo prefere fazer? O curto caminho longo. Foi assim nas passagens, está sendo assim no funcionalismo e está sendo assim agora, de novo.

Meu querido Prefeito! Meu Vice-Prefeito! Meus Secretários! Eu não sou inimigo do Governo. Quisera eu apoiar muito mais o Governo. Agora, entre ser um aliado circunstancial e ser coerente e leal aos meus compromissos e às minhas ideias, me perdoem, eu fico com os meus compromissos e com as minhas ideias. Eu não vou me queimar, não vou me imolar na pira, nem da opinião pública, nem das conveniências, não por interesse, não por demagogia, senão por convicção.

As pessoas não podem mais; é escala federal, é escala estadual, é escala municipal. Não há, infelizmente, espaço. E, a não ser na parábola do Malba Tahan, em que os irmãos brigavam por camelos, não se conseguia chegar a número nenhum, porque todo o mundo

ficava com menos camelos do que deveria e, no final, chega um gênio e conseguia fazer um número e todo o mundo saía com mais camelos do que tinha... Eu não consigo entender essa lógica de que não estamos fazendo aumento. Como é que nós não estamos fazendo aumento se a arrecadação aumenta de 370 para 600 milhões? É óbvio que de algum lugar sai esse dinheiro. De onde é que sai? Eu também discordo do discurso de PT e da esquerda, do PSOL, porque essa política Robin-Hoodiana que querem fazer, na verdade, tem um outro objetivo, que é fazer advocacia da sua clientela, Sr. Presidente, qual seja, tira da classe média, tira da produção, tira dos pequenos e médios empresários para pagar o funcionalismo público, porque tem a perspectiva do salário. Eu acho que o funcionalismo tem que ser pago em dia e de forma justa, mas não acho que tem que tirar do bolso da sociedade, do cidadão que já não suporta mais. Então, por essas razões, eu acho que este projeto, no mérito, poderia ser construído quiçá no ano que vem, eu disse, quiçá no primeiro semestre do terceiro ano. Mas não chegar no dia 15 de agosto aqui para nós votarmos no dia 20 de setembro! Eu quero ajudar! Presidente, quando o Governo perde um secretário do quilate do Ricardo, quando o Governo perde o seu líder, quando o Governo não consegue encaminhar a maior parte das suas votações é porque alguma coisa de muito errado deve estar acontecendo. E eu espero que isso sirva para reflexões, para que a gente construa um tempo melhor em favor da sociedade daqui para frente. Era isso o que eu queria dizer. E muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Foram muitos discursos, e eu gostaria de responder e trazer vários elementos da tribuna, sem antes deixar de fazer a consideração que a profundidade do debate da tarde só comprova o que nós estamos dizendo: este debate não foi discutido com a Cidade, nem na Câmara de Vereadores com a profundidade necessária. O projeto aqui na Câmara tem menos de um mês e meio, e eu repito da tribuna, recebi na terça-feira passada o CD com o valor atual do valor venal, que é um dos principais elementos da composição do cálculo do IPTU. Terça-feira passada! Não fecharam nem sete dias para fazer a comparação entre a planta proposta e a planta atual:

430 páginas que nós, em uma olhada rápida, pegando quarteirões, apresentamos distorções enormes em bairros populares. Eu ouvi atentamente o Ver. Moisés, que está dizendo que vai diminuir na Restinga. Eu mostrei, o valor venal aumenta em 300% na Estrada Barro Vermelho. Mas aí tem alíquota, tem redutor, e por que o simulador não está na Internet para que se possa fazer? Alguém tem um simulador para que se possa fazer individualmente? Qual Vereador aqui tem um simulador para fazer no seu computador? Aliás, qual cidadão de Porto Alegre pode fazer a simulação em sua casa? Nenhum, por que não tem transparência, com bem falou o Paulo Germano na Zero Hora de hoje. Não tem transparência. Isso não quer dizer que não se tenha que atualizar o valor venal. Tem de atualizar o valor venal, desatualizado desde 1991. É verdade que está desatualizado desde 1991, mas tem de atualizar com justiça, não com sobretaxação para as classes médias e as classes trabalhadoras. Em segundo lugar, acho que o Ver. Valter não ouviu a nossa intervenção. Ele botou palavras na nossa boca, e foi justamente o contrário o que nós falamos. Nós não somos a favor que a classe média, os trabalhadores e os assalariados tenham um tarifaço, por isso nós não somos a favor do projeto do IPTU do Marchezan. Agora, taxar os ricos, a especulação imobiliária, terá sempre o voto do PSOL. Um projeto que coloca a mesma alíquota para um imóvel de 700 mil, para um imóvel de R\$ 5 milhões é correto? Alguém que mora numa mansão de 5 milhões vai pagar a mesma alíquota de alguém que tem um imóvel de R\$ 800 mil, que não é um imóvel barato. Aliás, eu tenho muita tranquilidade, Ver. Mauro Pinheiro, não tenho imóvel. Ele disse que tinha Vereadores que vinham aqui defender seus imóveis. Eu não tenho nenhum. Tenho muita tranquilidade, embora ache que todo mundo tenha legitimidade para fazer o debate – R\$ 700 mil reais e R\$ 5 milhões têm a mesma alíquota. Nós somos a favor da idéia da progressividade. É óbvio, ela é necessária, agora, pegar um projeto que tem um intuito claro de arrecadação e aplicar os instrumentos necessários à progressividade... Eu respeito os técnicos da Fazenda que tem feito esse trabalho e discordo de intervenções que atacam os funcionários da Fazenda, mas acho que esse trabalho é um trabalho de ano inteiro. Eu perguntei aqui qual foi o grupo de trabalho que o fez, quanto tempo se debruçou sobre o tema, foi publicado no Diário Oficial? Eu quero saber do Governo Marchezan se o SIAT, que é o módulo do sistema que faz o cálculo do IPTU, está funcionando? E Porto Alegre perdeu 40 milhões por causa de um sistema que não funcionava e que foi pago lá no Governo passado, para a Consult fazer, ao invés de

utilizar a Procempa. Onde estão esses 40 milhões? O módulo está funcionando para saber se isso aqui vai ser aplicado? Esse debate deveria ter sido feito no Orçamento Participativo. É sério gente! O Governo não está fazendo mais reunião do Orçamento Participativo, está desmontando um dos poucos instrumentos de democracia com o argumento de que não vai votar novas demandas pela crise econômica, porque não tem dinheiro. Esse é um outro debate, embora nós discordemos de vários argumentos do Governo. Um bom debate com a Cidade, com o Orçamento Participativo, com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, com a cidadania de uma forma global é sobre o valor venal dos imóveis. Por fim quero dizer que o TCE, Ver. Nedel, que é o órgão que faz o cálculo do limite prudencial, na sua última avaliação, colocou como 44% da receita comprometida com investimentos na folha; então não está no limite prudencial, Ver. Nedel. Acho que essa mentira tem que deixar de ser repetida pelo Governo. Quem institui o cálculo é o Tribunal de Contas do Estado. Depois, na questão mais política, acho que um Governo reacionário, recessivo, autoritário, não tem condições de chegar nos 45 minutos do segundo tempo e pedir para a Câmara aprovar de forma açodada, no escuro, este projeto. E quero lamentar, de novo, a posição do PT. Nós queremos fazer um chamado aos Vereadores do PT: não é papel da oposição endossar um cheque em branco ao Marchezan. O papel da oposição é exigir ter debate sério com a Cidade, é ter democracia, taxar os ricos, valorizar a luta por moradia. Ou vocês acham que aumentando, mesmo que aumente a arrecadação do IPTU, o Marchezan vai pagar o salário, vai tirar o pacote do funcionalismo, vai garantir as ocupações urbanas? Não vai. Lamentavelmente, não vai, porque é um projeto reacionário. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, vamos primeiro dialogar com os que fazem a defesa de que tem que reduzir na despesa. Esse é o discurso do Governo Marchezan até agora. Mandou para cá um projeto de lei. Eu estava aqui na porta atendendo uma servidora da SMAM,

uma senhora que foi agricultora por muitos anos, que entrou na Prefeitura já tardiamente, apavorada, uma vida de lutas, cheia de rugas no rosto, mostrando o quanto ela passou de sol a sol, e o Prefeito Marchezan mandou a esta Casa um projeto que termina com a possibilidade da sua carreira com o regime. Ela me perguntou: o que tu achas, Vereadora, será que eu entro uma aposentadoria proporcional? Eu digo que não. Depois de uma vida de trabalho sair para uma aposentadoria com menos dinheiro do que na ativa? É justo? Essa é a lógica, Ver. Ricardo Gomes, de quem acha que tem que reduzir despesa, que tem que diminuir ali no funcionário, que tem que privatizar, como é o desespero dos cobradores da Carris, dos cobradores do transporte, de todos que perderão aquela intervenção humana por parte dos que perderão o emprego. E mais os usuários que perderão o emprego. Esta é a lógica perversa do Estado mínimo, que é a lógica que nós estamos combatendo desde o primeiro dia. A outra lógica é a criação e a exacerbação da crise econômica, que é o que a Prefeitura está fazendo. Porque é mentira que não tem dinheiro para pagar o funcionário, que tem que parcelar. É mentira! Nós queremos nos diferenciar muito bem de quem defende esse massacre, esse assédio moral aos servidores, servidoras desesperadas, mães de família, saindo na proporcional, reduzindo o seu salário, Luri, porque estão sendo ameaçados de perder os 25% do abono do ano que vem, o seu regime de 40 horas de toda uma vida. Esse discurso que eu vejo aqui, dos que vêm aqui e dizem: “Nossa não podemos aumentar imposto, tem que massacrar o funcionalismo, tem que massacrar o funcionário, tem que privatizar a água, entregar a água para a iniciativa privada”. Eu quero deixar muito claro, Ver. Ricardo Gomes, que nós vamos votar sempre em projetos que têm justiça tributária, justiça social e financia políticas públicas. Mas ele terá que ser assim. Nós apoiamos, Ver. Robaina, sua emenda, que taxa os mais ricos. Estamos apresentando uma subemenda, porque achamos uma faixa, a faixa dos R\$ 2 milhões a R\$ 5 milhões, que tem mais de mil imóveis, está com 0,8%. Nós estamos apoiando a sua Emenda que pega essa faixa, porque nós achamos que quem pôde guardar mais e criar patrimônio, tem obrigação de contribuir um pouco mais com a municipalidade, que tem 50 mil pessoas que não têm onde morar, Luri, tu és do grupo do pessoal que é de aluguel! É isso que nós estamos cobrando do Governo, não temos ainda resposta sobre a sua Emenda, Robaina, a que aumenta dos mais ricos, com a nossa complementação, nem temos respostas sobre os vazios urbanos, que nós achamos que devem ser taxados no tempo, sim, porque tem pessoas que estão fazendo

caixa com a terra, e a Constituição Federal diz que a terra tem que cumprir função social; propriedade só é propriedade porque cumpre a função social, Ver. Wambert, eu já disse essa frase uma vez. Então, são duas emendas, para nós, fundamentais para esse projeto ter nitidez. Ter nitidez e, de fato, fazer uma redistribuição de renda, e queremos que essa redistribuição seja votada desapassionadamente, e aí, sim, garantir o financiamento de políticas públicas. Nós estamos com a assistência social desmontada em Porto Alegre, tem recurso, sim, mas tem uma péssima gestão, porque não se importam com... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Vou concluir, Presidente Cassio. Nós queremos financiar a saúde, que tem uma demanda enorme; nós queremos financiar a educação, tem hoje matéria no jornal, Ver. Oliboni, dizendo que faltam muitos professores na rede municipal de ensino, mas não venha o Governo... Nós não estamos votando porque o Governo está sem dinheiro. Ele tem, a Justiça disse, a Justiça está cobrando R\$ 180 mil, Ver. Mauro Zacher, de multa do Prefeito que está parcelando, criminosamente, e nós queremos, Ver. Mauro Zacher, que o Tribunal de Contas apresente os dados e desmascare o Prefeito, porque isso é crime de responsabilidade. Então, não somos de jogar no “quanto pior, melhor”, mas vamos cobrar todas as posturas que democratizem a renda na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. DR. THIAGO: Quero dizer alto e bom som para o público que nos ouve e nos assiste que há, sim, claramente, um aumento de impostos. Não vamos minimizar essa questão. A Prefeitura recebe de IPTU, hoje, em torno de R\$ 400 milhões por ano; vai passar a receber mais de R\$ 600 milhões. E só no primeiro ano haverá o incremento de R\$ 70 milhões. Alguém paga isso! Não mintam para as pessoas, alguém paga isso! Quero dizer que nós estamos longe do limite prudencial, segundo o Tribunal de Contas. Também quero dizer que as condições dadas no projeto para isenção são quase que inatingíveis. Foram mostradas aqui pelo Vereador e pela Vereadora as condições de

exemplo que nós temos em algumas regiões – o Ver. Mauro Pinheiro veio aqui fazer um ataque pessoal –, e eu quero mostrar quais são.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. DR. THIAGO: Isto é o Barro Vermelho, na Restinga. Quero mostrar para o Ver. Mauro Pinheiro, ainda que não esteja aqui, quero apresentar a ele o Barro Vermelho, que ele não conhece, e quero mostrar o quanto vai aumentar. Vai aumentar 278%, essa é a verdade! Quero mostrar Belém Novo. Está aqui a Rua Florêncio Farias, a rua do posto de saúde. Vai aumentar 1.446%. Não mintam para as pessoas! Não façam como fizeram comigo com o meu projeto: mentiram que iam aprovar o projeto, aprovaram e, depois, vetaram e mantiveram o veto aqui. Sempre que a gente identifica o Vereador como situação, oposição ou independente, a gente tem que olhar para os votos. Se ele for sistematicamente a favor do Governo, é um Vereador de Governo, não é independente, não.

Eu quero dizer que há um contrabando na lei, há um cheque em branco em um dos artigos, fazendo com que o Executivo tenha a possibilidade de determinar anualmente o aumento do IPTU, fixado num decreto e não em lei. Vai dar um cheque em branco! E se o projeto é tão bom, é tão claro, por que não fizeram um simulador? Por que não fizeram um simulador, Vereadora? A senhora teve mais sorte do que eu, as suas diligências, pelo menos, foram respondidas. As minhas, sequer respondidas foram!

O Sr. André Carús: V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Dr. Thiago, para contribuir, esse aumento abusivo que se propõe em áreas que não têm nenhum serviço e nem perspectiva de melhora na infraestrutura, o índice de inadimplência, sem reajuste, em 2016, foi de 22%, com 605 mil guias emitidas. O Governo corre um risco também de uma inadimplência ainda maior, nos próximos quatro anos, devido a essa revisão, que aumenta o valor a ser cobrado do IPTU.

O SR. DR. THIAGO: Exatamente, Vereador! É a famosa curva de Laffer. É só estudar Laffer! Laffer mostra que quanto mais se avança no engordamento tributário das pessoas, maior é a inadimplência. E vão, Ver. Mauro Pinheiro, sobrecarregar, exatamente as

pessoas do seu segmento, que estão ali na plateia. Aqueles que dão emprego na Cidade, a classe média, aqueles que dão emprego na Cidade. A esses é que o senhor tem que, de alguma forma, responder aqui na tribuna! É a esses que o senhor tem que responder. Então, eu quero deixar bem claro que há o aumento de imposto sim. Isso é importante que se diga, e que a população, a classe média não pode continuar pagando a conta.

A Sra. Fernanda Melchionna: V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigada, Ver. Dr. Thiago, muito rapidamente, acabou de sair o dado do Tribunal de Contas do Estado, agora, do segundo quadrimestre de 2017. Eu quero anunciar de primeira mão que reduziu o comprometimento do Orçamento com a folha de pagamento da Prefeitura. Então chega de demagogia do Governo Marchezan; diminuiu!

O Sr. João Bosco Vaz: V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) O Governo tem na rua para cobrar mais de R\$ 1 bilhão. E eu fui mais sortudo do que o senhor, porque eu fiz um pedido, com base na lei de acesso à informação, sobre os cem maiores devedores de IPTU e de ISS - eu tenho as listas. É uma vergonha! E não cobram!

O SR. DR. THIAGO: A lista de cobrança da dívida ativa do Município cresceu 30% em relação ao ano passado! Será que nós precisamos continuar fazendo esses cavalos de batalha, nestas situações que vão acabar onerando... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, cidadãos das galerias, quando esse projeto corajoso do Prefeito Marchezan foi protocolado aqui na Câmara de Vereadores, eu tive a honra de subir à tribuna e fazer a defesa, porque, simplesmente, está sendo feito algo que as gestões anteriores não fizeram nos últimos 26 anos que é a reavaliação da planta de valores do IPTU. E esse projeto não nasceu agora na gestão Marchezan. Todo o processo de buscar esse objetivo

nasceu na gestão passada, da qual fui, com muita honra, Secretário de Direitos Humanos e Secretário de Coordenação Política. É um projeto para se fazer justiça tributária, justiça tributária. Eu não acredito que nós devemos manter a cobrança de exemplos claros que a fazenda já nos passou, com audiência pública, com inúmeras reuniões com o Secretário Busatto, inúmeras reuniões com o Secretário Marchezan. São mais de 20 emendas dos Vereadores que olharam o processo todas as vezes que quiseram; dizer que não houve diálogo e que não teve tempo e que se está votando no afogadilho, é impossível, é impossível. Isso é impossível que seja comentado por algum Vereador. Até audiência pública teve. Eu não acredito que seja válido um cidadão da Lomba do Pinheiro que tem um imóvel no valor real de R\$ 79.000,00 pague R\$ 384,00 de IPTU, igual ao cidadão de Teresópolis que tem um imóvel de R\$ 1,5 milhão, não é possível! Isso é muita injustiça, isso é perda de arrecadação. Isso é uma vergonha! Eu não acredito que isso deva continuar e aprovo este projeto. É claro que vai ter emendas. No bairro Bela Vista, um apartamento de R\$ 470 mil paga o mesmo valor de IPTU que um apartamento de R\$ 70 mil na Lomba – quem acredita nisso? Isso é muita injustiça! E essa receita que estamos perdendo, para que serve? Para que serve o dinheiro público? Para atender as pessoas que mais precisam. Nos bairros Farrapos, Humaitá, Rossi, a OAS e a MRV fizeram obras e pagam o IPTU com o valor de vila, da vila Castelo e da vila Farrapos, enquanto deixam a nossa vila e vila Farrapos em baixo d'água e não querem pagar o imposto devido, querem continuar pagando, por imóveis de mais de R\$ 1,5 milhão, R\$ 50,00 por ano que é o que a Vila Farrapos paga. É justo isso? Não é justo. Nós precisamos simplesmente resgatar esse imposto devido, que será pago de uma forma suave, em quatro anos, cobrando 30% do valor do IPTU a cada ano, e no quarto ano será cobrado o resíduo. Ou seja, é um projeto debatido, é um projeto que teve muito diálogo, é um projeto que faz, sim, justiça tributária e atinge positivamente, principalmente, as pessoas que mais precisam a nossa Cidade; fazendo com que imóveis com valor acima de 500 mil reais, mais principalmente acima de 700, um milhão de reais, paguem o imposto igual ao do outro morador da mesma rua, com imóvel de mesmo valor venal, que infelizmente paga um valor real. Hoje o seu vizinho, com imóvel de igual valor venal, paga um valor totalmente defasado. É justiça para todo mundo, para a classe alta, para a classe média, para a classe baixa; por isso tenho a convicção que os colegas que tiverem o olhar social

e o olhar de justiça entre os imóveis da classe alta e da classe média, vão votar a favor deste projeto. Eu e a bancada do PTB votamos a favor deste projeto com convicção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17, por cedência de tempo do Ver. Professor Wambert.

A SRA. MÔNICA LEAL: Eu gostaria de pedir a presença do Ver. Mauro, que utilizou esta tribuna há poucos minutos e acusou os Vereadores que votarão contra o aumento do IPTU de estarem pensando nas próximas eleições ou no seu patrimônio. É muito interessante o Vereador vir aqui na tribuna fazer um discurso baixo como esse, acusar os Vereadores e se retirar do plenário. Eu gostaria da presença dele.

Ora, o Ver. Mauro citou algumas coisas como justiça social, justiça fiscal. Vamos lá! Se fosse assim, poderiam ter enviado uma revisão de planta sem aumento. Mas não, enviaram um projeto de lei com aumento. Então não terá o nosso voto por uma razão muito simples, senhores: quase 8 mil lojas fecharam as portas no Rio Grande do Sul em 2016. Eu não tenho loja, mas eu sei o que significa ser empreendedor no Brasil, eu sei o que significa abrir as portas de um comércio, contar com alta carga tributária, leis trabalhistas e insegurança diária.

Eu há pouco disse aqui que a inadimplência em condomínios também aumentou. Recebi agora uma matéria que fala de uma das mais conhecidas lojas da cidade de Porto Alegre: a Multisom. A rede de lojas Multisom anunciou ontem o fechamento de dez unidades desde o início de 2017. Precisa dizer mais? Porque a crise chegou na sociedade, nas famílias. Ora, senhores, não há espaço, neste momento, para nenhum tipo de aumento de imposto. A crise atingiu toda a sociedade. As famílias estão tirando filhos de colégios particulares, vendendo seu segundo carro. O projeto do Prefeito Marchezan... Eu faço parte desse Governo, o Vice-Prefeito é do meu partido e eu o respeito, mas não significa que eu vou aprovar um projeto de ficção como este, porque tem, sim, aumento. Vereador Mauro, eu gostaria de informá-lo que o Ver. Ricardo pediu para dizer nesta tribuna que ele mora de aluguel, que ele não vai votar contra o projeto do IPTU por interesse próprio.

O Sr. Ricardo Gomes: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Apenas gostaria de subscrever isso e dizer ao Ver. Mauro Pinheiro que se ele acha que estamos agindo em defesa do patrimônio próprio, está muito enganado; se acha que estamos agindo em nome de alguns bairros, também está enganado, porque estamos agindo em defesa de 59% dos pagadores de IPTU de Porto Alegre que terão o imposto aumentado por este Projeto. Se ele quer fingir que essas pessoas não existem, nós, com muito orgulho, sim, as defenderemos.

A SRA. MÔNICA LEAL: Obrigada, Ver. Ricardo. Eu gostaria também de dizer ao Ver. Mauro que no dia em que me tornei Vereadora desta Casa com muito orgulho fiz o meu juramento, como todos os senhores e senhoras - que bom que o Ver. Mauro Pinheiro está presente. Vou ler para os que nos assistem pela TVCâmara, para os presentes, o que diz o juramento de um Vereador que eu cumpro na íntegra (Lê.): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." Neste momento, o povo de Porto Alegre não quer nenhum tipo de aumento porque ele não suporta mais a carga tributária que possui. Ter imóvel, Ver. Mauro Pinheiro, não significa riqueza. Tijolos não pagam conta, essa é a verdade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17, por cedência de tempo do Ver. Paulo Brum.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Sr. Presidente, boa tarde a todos que nos acompanham no findar desta tarde. Eu gostaria de me ater ao valor justo, à justiça tributária que é feita quando a gente faz avaliação do imposto sobre o valor do imóvel, mas como a discussão foi focalizada, individualizada.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Eu gostaria de mostrar rapidamente essas imagens. Como vocês podem ver, na região central de Porto Alegre, nós vamos ter metade do Centro Histórico e mais da metade da Cidade Baixa com redução ou isenção de IPTU. Também temos percentuais da Farrapos, 72% dos que pagam IPTU ou vão ter reduzido ou isento. Temos aí Rubem Berta, Jardim Leopoldina, Costa e Silva, se engana quem pensa que essas pessoas não sofrem na hora de pagar o IPTU, por isso a gente diz que sim: é justiça tributária. No Morro Santana, quase 70% das pessoas que pagam hoje um valor injusto vão ter o ano que vem, se esse projeto for aprovado, vão deixar de pagar o injusto. Belém Velho, 72%; Medianeira, onde mora o Ver. João Bosco, 56% dos moradores, quase 60%, vai baixar ou reduzir o IPTU. Nós temos lá a Hípica, Cavalhada, Aberta dos Morros, a esmagadora maioria da Zona Sul. Lomba do Pinheiro, 90% dos que lá pagam IPTU terão isenção ou redução desse imposto.

Gente, eu não poderia deixar de rebater algumas coisas aqui. Vou responder ao questionamento do Ver. Lino. Sim, nós vimos a emenda, realmente ela causa um problema sério no projeto, porque nós temos um grupo de 41% da população que vai ter justiça tributária, que vai ter o seu IPTU, e eles vêm pagando, há mais de duas décadas, valores acima do que deveriam, isso é injusto. Essas pessoas, esse grupo de 41% tem, do outro lado, óbvio, um grupo de 59%, e ninguém aqui subiu para dizer que não haverá lá em Três Figueiras, lá no Moinhos de Vento, algumas pessoas que vão pagar um pouco mais e progressivamente. O que é importante dizer? Se tu tens 30% que vão resultar, na média, no boleto, em 14% de acréscimo, é importante dizer que essas pessoas que vão pagar um pouco a mais, não é que elas terão apenas imposto, Ver. Lino, elas estão há 20 anos, 26 anos pagando menos do que deveriam. E eu quero responder em cima do dado que foi apresentado aqui, que é verdadeiro aquele dado. Aquele imóvel, Ver. Dr. Thiago, estava ali, paga R\$ 12,00 de IPTU! Doze reais! Olha só, se ele deveria estar nessa nova revisão da planta calculada para se pagar R\$ 190,00, é porque, durante 26 anos, ele pagou a menos do que devia. Só que no montante daquela região, serão mais de 90% das pessoas que pagam IPTU que vão ter redução ou isenção nesse tributo.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Moisés, muito rápido, para lhe dizer o seguinte: no conteúdo e no mérito, me parece que nós não discordamos, o que se discorda aqui é na forma, um mês para vermos isso não

dá. Oito ou nove meses, uma comissão especial, provavelmente, nós estaríamos chegando todos de forma muito pacífica, à exceção de alguns, num denominador comum que interessasse à Cidade, como vocês estão dizendo. Muito obrigado.

O Sr. Dr. Thiago: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Moisés, só para lhe esclarecer, aquilo não é um imóvel, aquilo é...

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Doze reais de IPTU é o que paga. Pelo gráfico, olha só, eu estou querendo deixar claro que eu concordo com o gráfico, Ver. Dr. Thiago.

O Sr. Lino Zinn: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) O que somos contra é ao aumento da arrecadação e não vemos solução para isso.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Eu entendo o seu posicionamento, eu respondi tecnicamente porque a emenda inviabiliza o projeto. Nós não concordamos porque, em 26 anos, a Cidade cresceu – e muito. Desculpa, mas é demagógico dizer: “Ah, vamos limitar ao que recebemos”. E eu ouvi todos atentamente. Quero deixar claro para todos aqui que entendemos o quanto é difícil fazer essa discussão, mas o Governo está fazendo a sua parte. E são 26 anos, nós temos que fazer a revisão da planta e, sim, é justiça. As pessoas há 26 anos pagando a menos do que deveriam e muita gente pagando a mais. Nós queremos, sim, no ano que vem, fazer justiça para essas pessoas, principalmente, que estão pagando injustamente, há quase três décadas, a mais do seu IPTU.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente, Ver. Cássio Trogildo; colegas Vereadores, Vereadoras, público que acompanha aqui a nossa Sessão no dia de hoje. É claro que todos nós estamos muito apreensivos no momento em que, em tese, olhando o projeto como ele chegou, estamos, sim, taxando um determinado número de cidadãos e cidadãs em relação ao projeto que chegou na Casa do IPTU. Quero dizer claramente aos

colegas Vereadores e Vereadoras que eu me sinto incomodado ao votar o projeto como ele está. Muito incomodado. Descordo plenamente, por exemplo, do Ver. Moisés, que acaba de trazer aqui a informação de que, por 26 anos, não foi feita a correção devida. A correção da inflação foi feita durante todos os anos; o IPTU do meu apartamento subiu por várias vezes. Agora, se a correção não foi a contento, ela está contradizendo. Por que, em tese, tem que aumentar o IPTU para melhorar o caixa? Ele vai deixar de parcelar o salário dos servidores? Ele vai retirar, por exemplo, o projeto das isenções? Ele vai construir a UPA do Partenon, Ver. Robaina? Ele vai, por exemplo, dizer que uma das coisas mais importantes da Cidade é continuar as obras da Cidade? Qual foi o compromisso que o Prefeito Marchezan assumiu ao dizer que aumentaria o caixa do Governo Municipal? Eu estou em contradição, mas sou um Vereador disciplinado, a minha Bancada discutiu em diretório e achou importante serem aprovadas as emendas que o Partido dos Trabalhadores apresentou. Há um certo convencimento de que daí o projeto melhora, mas são 36 emendas, inclusive algumas são semelhantes. É óbvio que eu, como Vereador desta Cidade e de um partido que tem a coerência de votar em bloco, nem sempre, mas na maioria das vezes os projetos estratégicos, quero dizer que sou disciplinado, mas me sinto incomodado como nunca em votar da forma como ele está. Qual é a segurança que o Líder do Governo daria para nós de que as emendas aprovadas não serão rejeitadas? Vetadas? Eu quero ver aqui do Líder do Governo o compromisso de que as emendas votadas depois não serão vetadas! Se não, não conte com este Vereador, eu sou um Vereador disciplinado, mas, se o Prefeito não assumir uma coerência... Aliás, as compensações deveriam ser muito maiores, as compensações teriam que ser em direção ao massacre que ele faz com o funcionalismo! Isso é injusto, e tantos outros projetos importantes. Ele não precisaria massacrar os cidadãos como ele tem feito aqui. Eu não tenho nenhum acordo nesse aspecto. Portanto, quero dizer que, se até quarta-feira não houver esse compromisso político, não conte com este Vereador. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17, por cedência de tempo do Ver. Paulinho Motorista.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, retorno a esta tribuna no espaço gentilmente cedido pelo colega Paulinho Motorista, para responder ao Líder do Governo, nosso fraterno colega e amigo Moisés Barboza. Tão logo me manifestei aqui no início da discussão sobre o projeto, ele veio a esta tribuna e fez algumas colocações que eu gostaria aqui, de forma respeitosa e democrática, fazer um contraponto. Primeiro, quando o Ver. Moisés diz que, na minha fala, eu desconheço a verdade ou trabalho a verdade de maneira a beneficiar ou talvez arrancar aplausos de alguns setores – isso retirei das notas taquigráficas que recebi há pouco –, eu posso responder que eu não estou desconhecendo a verdade, muito pelo contrário, eu estou cobrando e fiscalizando que o Governo Municipal informe a esta Casa e à sociedade quanto economizou com as 22 Secretarias. Aí eu adiciono aqui mais um elemento, o DEMHAB e o DMLU deixaram de ser autarquias e pararam de gastar sendo subordinados à Secretaria de Serviços Urbanos ou Desenvolvimento Social? Que eu saiba não. Por isso afirmei da minha desconfiança de que as estruturas continuam idênticas e gastando tanto quanto antes. Nós gostaríamos de receber, de forma discriminada do Governo, porque eu e o Ver. Cecchim fomos autores de uma emenda, quando votamos a segunda etapa da reforma administrativa que no exercício subsequente, já em 2018, o Governo informe o resultado efetivo das economias que fez reformando administrativamente o Governo. Também não estou aqui, Ver. Moisés, com todo o respeito, usando a tribuna para ficar só dizendo que o projeto é aumento de imposto. Não sou Vereador para buscar aplausos. Nós partilhamos de uma mesma posição e já conversamos muito a respeito dela. A Câmara é transitória nas nossas vidas; agora, os nossos valores, os nossos princípios e aquilo que nós pensamos sobre a política enquanto convicção, isso é imutável. Não venho à tribuna para buscar aplausos; venho à tribuna para fazer o contraponto responsável e externar a posição que tenho sobre este projeto.

Terceiro: disse também o Ver. Moisés que o PSDB se posicionou favoravelmente num projeto impopular do Governo Sartori de aumento do ICMS, acompanhando a posição do Governo do Estado. Nós, da bancada do PMDB, nos reunimos ainda hoje, mais uma vez, e, pela posição do nosso Líder e dos demais colegas, a bancada do PMDB está liberada para votar conforme a sua convicção e o seu entendimento sobre o projeto, mas, em o Ver. Moisés dizendo que o PSDB no plano estadual votou pelo aumento do ICMS, bom, ele então ele reconhece que a revisão da planta também aumenta impostos aqui no

âmbito municipal. Também reconhece. E aqui é uma questão de interpretação do discurso da Liderança do Governo feito aqui nesta tribuna. E não vamos nós comparar as dificuldades estruturais, históricas, que se arrastam há anos no Estado, com as dificuldades conjunturais enfrentadas pelo Governo Municipal. E é preciso que se saliente isso.

Vou repetir um dado que dei antes: mesmo com a crise econômica aguda de 2016, o Governo elevou a arrecadação do ISS em 3,30% e a arrecadação do ITBI em 6,43%. O Governo não deixou de arrecadar. E este projeto de revisão da planta nada mais é do que um projeto com um viés arrecadatório. A gráficos nós já assistimos aos montes. O compromisso do Prefeito Marchezan enquanto candidato já foi aqui desfeito, na medida em que apresentou este projeto. E não estamos aqui, Ver. Moisés e outros que também externaram este tipo de posição na tribuna, na linha do quanto pior melhor. A nossa posição de independência nos autoriza a votar no que é bom para a Cidade, mas, neste momento, pela conjuntura econômica que enfrentamos, não é bom para a Cidade aumentar impostos. Aqui há muitos integrantes do setor produtivo preocupados com as demissões que terão que promover ou com o fechamento ou encerramento das suas atividades, não só na região central mas por toda a Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 013/17, por cedência de tempo do Ver. Tarciso Flecha Negra.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, colegas Vereadores, eu quero pedir a vocês para fazerem um raciocínio comigo. Eu sou meio burrinho e ainda não entendi uma coisa. Nós temos uma defasagem de alguns imóveis em Porto Alegre, na Independência, Ramiro, Bom Fim, por aí afora. Dei exemplos aqui que nós temos defasagens de imóveis em uma mesma rua. Por que nós temos a defasagem deste imóvel? Porque alguém avaliou o imóvel. Alguém foi lá e disse que o imóvel da rua Tal vale tanto e o outro imóvel vale tanto, e aí se calculou o valor do IPTU. Dos dois imóveis da Av. da Azenha, por exemplo, o Governo emitiu os carnês para esses dois imóveis. Fez a correção da inflação e emitiu os carnês desses dois imóveis. Por 26 anos, um desses imóveis estava atualizado, porque a pessoa fez o valor correto; e o outro, a pessoa botou lá embaixo, não

incluiu o puxadinho, não incluiu a garagem que fez, não incluiu a churrasqueira que fez e ficou pelo valor passado. Agora nós vamos usar o valor venal. Quem vai calcular o valor venal? O proprietário, o valor do meu patrimônio quem sabe sou eu. Se eu estou tranquilo e tenho o patrimônio eu coloco à venda pelo preço que eu quiser. Se o patrimônio vale R\$\$ 400, eu posso colocar à venda por R\$ 450. E o vendo por R\$ 450. Eu vou pagar o IPTU sobre R\$ 450, é o que diz a lei, valor venal da venda do meu imóvel, é isso? Avaliado pelo meu imóvel. Se eu o avaliei por R\$ 450, eu vou pagar sobre R\$ 450, Ver. José Freitas. Agora, o senhor mora na mesma rua minha, na Av. Azenha, Ver. Ferronato, e o seu ouro está mais apertado do que eu. Aí o Senhor bota a vender o seu imóvel por 300 e vai pagar o IPTU por 300. Ferronato, por incrível que pareça, a lei diz isso, é o valor venal, é o valor que o corretor foi lá e avaliou. Quem é que avalia o valor venal, ou é o ITBI, eu compro um apartamento por 450 e o ITBI vai lá e diz que vale 700. E eu pago o ITBI de 700. Quem vai avaliar o valor venal? Ver. Márcio Bins Ely, é o CRECI que vai dar o valor venal para a Prefeitura de cada imóvel. Quem pode calcular o valor do imóvel é o CRECI. Não é o fiscal da Fazenda que não sabe o valor venal de nenhum imóvel. Tem de ser um profissional para calcular o valor venal.

O Sr. Airto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Esse raciocínio que V. Exa. está fazendo diz respeito ao ITBI, que é o Imposto de Transmissão.

O SR. CLÁUDIO JANTA: O IPTU fala que é o valor venal.

O Sr. Airto Ferronato: Claro, mas o valor venal do IPTU é um valor estabelecido para pagar imposto enquanto eu sou titular do imóvel. Quando vender, aí incide o ITBI.....

O SR. CLÁUDIO JANTA: Quando vender, mas quem vai calcular o valor venal.

O Sr. Airto Ferronato: A Prefeitura de Porto Alegre.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Mas a Prefeitura não é capaz de calcular o valor venal.

O Sr. Airto Ferronato: Mas aí cabe ao contribuinte questionar.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Mas não cabe ao contribuinte questionar, sabe porque? Por que nós temos apartamentos na Independência que paga 2,80 de IPTU, e a Prefeitura, até hoje, não conseguiu calcular o valor desse IPTU. Agora quer que o montante da população pague. Nós temos apartamentos que pagam 6 reais de IPTU, e até hoje a Prefeitura não conseguiu calcular esse valor e quer que o contribuinte da cidade de Porto Alegre pague. Que papo furado é esse de que a Prefeitura vai calcular, se não conseguiu calcular até hoje. Então, nós temos de, primeiro, corrigir a planta do valor do IPTU que é a emenda do Ricardo e do Camozzato. Depois, aí vem a Fazenda nos apresentar, e vamos ver onde é necessário corrigir ou não. Agora, corrigir em 30%... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Quem é que ganhou 30%, tirando os banqueiros? Quem faturou 30%? Quem, empresários de hotel, bares, restaurantes, similares? Quem faturou 30%. Estão aqui os lojistas, quem faturou 30%? Quem conseguiu faturar 30%? E a Prefeitura quer um cheque em branco para faturar 30%, mas é 60%, como me corrige o Bosco. Então, acho que primeiro nós temos que corrigir a planta. Ninguém é contra corrigir a planta. Mas agora dizer que a Fazenda vai calcular o valor venal, pelo amor de Deus! Não calculou até hoje, não vai ser agora que vai calcular.

O Sr. Mauro Zacher: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só para contribuir com o debate: na verdade, os mesmos que fiscalizam e ganham gratificação por arrecadação, são os mesmos que julgam. Então embora a justificativa de que há um recurso para eventuais distorções em relação ao valor venal, nunca se ganha. Diga-me algum cidadão que entrou com recurso para discutir o valor de ITBI e ganhou em Porto Alegre. Nenhum, porque são os mesmos auditores que ganham gratificação por arrecadação os que julgam. Ora, jamais o cidadão será vitorioso num recurso em relação a ITBI ou IPTU.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria dos Vereadores Alvoní Medina e José Freitas, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 29 ao PLCE nº 013/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Professor Wambert, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 28 ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 21 ao PLCE nº 013/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 11 ao PLCE nº 013/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLCL nº 013/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 013/17, à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra e outros Vereadores, à Emenda nº 24 ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 à Emenda 24 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 31, de autoria dos Vereadores Alvoní Medina e José Freitas, ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 31 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 31 ao PLCE nº 013/17.

Apregoo a Emenda nº 32, de autoria dos Vereadores Lino Zinn e Ricardo Gomes, ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Lino Zinn, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 32 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Lino Zinn, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 32 ao PLCE nº 013/17.

Apregoo a Emenda nº 33, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 33 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 33 ao PLCE nº 013/17.

Apregoo a Emenda nº 34, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 34 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 34 ao PLCE nº 013/17.

Apregoo a Emenda nº 35, de autoria do Ver. Idenir Cecchim e outros Vereadores, ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 35 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 35 ao PLCE nº 013/17.

Apregoo a Emenda nº 36, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aírto Ferronato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 36 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Aírto Ferronato, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 36 ao PLCE nº 013/17.

Apregoo a Emenda nº 37, de autoria dos Vereadores Alvoni Medina e José Freitas, ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria dos Vereadores Alvoni Medina e José Freitas, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 37 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 37 ao PLCE nº 013/17.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria dos Vereadores Mauro Pinheiro e Moisés Maluco do Bem, à Emenda nº 05 ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 05 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 05 ao PLCE nº 013/17.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria dos Vereadores Cassio Trogildo e Paulo Brum, à Emenda nº 18 ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 18 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das

Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 18 ao PLCE nº 013/17.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Airto Ferronato, à Emenda nº 36 ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 36 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro a Subemenda nº 02, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon e outros Vereadores, à Emenda nº 18 ao PLCE nº 013/17.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 02 à Emenda nº 18 ao PLCE nº 013/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 02 à Emenda nº 18 ao PLCE nº 013/17.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 02 à Emenda nº 03 ao PLCE nº 013/17.

O Sr. Dr. Thiago (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a prorrogação da Sessão por mais duas horas. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h51min.)

